

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 6

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 1

*Armas de Pequeno Porte
e Armamentos Leves:
Política e Opinião
dos Estados Unidos*

Junho de 2001

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves: Política e Opinião dos Estados Unidos

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS • VOLUME 6 • NÚMERO 2 • JUNHO DE 2001



A proliferação descontrolada de armamentos leves e armas de pequeno porte ilícitas em regiões do mundo que sofrem com a instabilidade política e violentos conflitos provou ser importante obstáculo para a paz, o desenvolvimento econômico e para os esforços de reconstrução de sociedades destruídas pela guerra. Os Estados Unidos são líderes mundiais nos esforços para combater o tráfico ilegal e o acúmulo desestabilizador de armas de pequeno porte e armamentos leves, através de diplomacia multilateral e assistência bilateral aos países necessitados. Especificamente, os Estados Unidos direcionaram suas políticas ao estabelecimento e aprimoramento das capacidades legais e de execução da lei, melhor controle da proliferação para áreas de conflito, oferecendo treinamento sobre o controle de exportação e práticas alfandegárias, desencorajando exportações irresponsáveis e indiscriminadas, fortalecendo as sanções contra os violadores de embargos, aumentando a segurança dos estoques e destruindo os armamentos em excesso. A abordagem norte-americana concentra-se em medidas práticas e eficazes para atender o problema do tráfico ilegal de armas de pequeno porte e armamentos leves em regiões de conflito em que ele é mais urgente, ainda que reconhecendo a legitimidade do comércio, fabricação e compra legal de armas.

À medida que a comunidade internacional completa os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos, em 2001, esta edição da "Agenda da Política Externa dos EUA" examina a reação norte-americana aos desafios impostos pela proliferação descontrolada desses armamentos. Importantes autoridades norte-americanas descrevem as iniciativas dos Estados Unidos para redução e prevenção do acúmulo excessivo e desestabilizador dos armamentos, que vem contribuindo muito fortemente com a devastação que ocorre em regiões de conflito. Um importante analista e estudioso sobre armas de pequeno porte oferece suas opiniões sobre a política norte-americana com respeito a armas de pequeno porte e armamentos leves e comenta as lições já aprendidas na busca global de soluções para os problemas causados pelas armas de pequeno porte e armamentos leves.

Secretário Assistente de Estado Lincoln P. Bloomfield, Jr.

AGENDA DA

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES: POLÍTICA E OPINIÃO DOS ESTADOS UNIDOS

ÍNDICE

● EM FOCO

COMBATE À PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE PEQUENO PORTE: A ABORDAGEM NORTE-AMERICANA **5**

Embaixador Donald J. McConnell, vice-secretário assistente de Estado para Operações de Segurança, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos

TRÁFICO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: PODE SER CONTROLADO? **9**

Herbert L. Calhoun, vice-chefe, Divisão de Política, Planos e Análises, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos

DESTRUIÇÃO DO EXCESSO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: POLÍTICA E PROGRAMAS DOS ESTADOS UNIDOS **17**

C. Edward Peartree, chefe de política, Divisão de Política, Planos e Análises, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos

RASTREAMENTO DAS ARMAS ILEGAIS DE PEQUENO PORTE: O PROGRAMA ATF **20**

Jacqueline K. Holmes, gerente de programa, Divisão de Programas de Armas de Pequeno Porte, Escritório de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos

● COMENTÁRIOS

RESTRIÇÃO AO COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: CAMINHO PRÁTICO **23**

Michael Klare, professor de Estudos da Paz e Segurança Mundial, Faculdade de Hampshire

A DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA NÃO NECESSITA SILENCIAR-SE SOBRE ARMAS DE PEQUENO PORTE **27**

Rachel Stohl, analista sênior, Centro de Informações de Defesa

● GUIA DE LEITURAS ADICIONAIS

ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES: POLÍTICA E OPINIÕES DOS ESTADOS UNIDOS

INFORMAÇÕES SOBRE ARTIGOS

31

Trechos de artigos recentes

ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES: POLÍTICA E OPINIÕES DOS ESTADOS UNIDOS

BIBLIOGRAFIA

33

Destaque para outras idéias

ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES: POLÍTICA E OPINIÕES DOS ESTADOS UNIDO

PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

35

Links na Internet para recursos sobre questões relacionadas

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 6 • NÚMERO 2 • JUNHO DE 2001

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos oferece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e a comunidade internacional. As publicações — Perspectivas Econômicas, Assuntos Globais, Temas de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA — fornecem declarações sobre política dos Estados Unidos, bem como análises, comentários e informações básicas nas suas áreas temáticas.

Todas as edições são publicadas em versões em idioma inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas sendo também publicadas em árabe e russo. As edições em língua inglesa aparecem em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas.

As opiniões expressas nas publicações não refletem necessariamente as opiniões ou políticas do governo norte-americano. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e contínua acessibilidade de sites da Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os editores desses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que contenham restrições específicas de direitos autorais sobre seu uso. Potenciais usuários de fotos com crédito são obrigados a obter a liberação de uso junto à fonte mencionada.

Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice das próximas publicações, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço "http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm". Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura on-line, transferência, download e impressão.

Envie seus comentários à sua embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais:

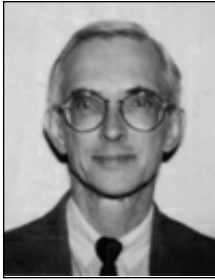
*Editor, Agenda da Política Externa dos EUA
Segurança Política — IIP/T/PS
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
Estados Unidos da América
E-mail: ejforpol@pd.state.gov*

EDITOR-CHEFE Judith S. Siegel
EDITOR James Hutcheson
EDITOR GERENTE Merle Kellerhals, Jr.
EDITOR ASSOCIADO Wayne Hall
EDITORES COLABORADORES . . . Jennifer Clark
. Ralph Dannheisser
. Susan Ellis
. Margaret A. McKay
. Jody Rose Platt
. Jacqui S. Porth
. Terence Scott
ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA Sam Anderson
. Rebecca Ford Mitchell
. Vivian Stahl
DIRETOR DE ARTE Barbara Long
ASSISTENTE GRÁFICO Sylvia Scott
ASSISTENTE DE PROGRAMAS . . . Yvonne Shanks
CORPO EDITORIAL Howard Cincotta
. Judith S. Siegel
. Leonardo Williams

COMBATE À PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE PEQUENO PORTE: A ABORDAGEM NORTE-AMERICANA

Embaixador Donald J. McConnell,

Vice-Secretário Assistente de Estado para Operações de Segurança, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos



"Soluções simples e genéricas são ineficazes para lidar com os problemas complexos, muitas vezes específicos para cada região, causados pela proliferação de armas de pequeno porte e armamentos leves", afirma o embaixador Donald J. McConnell, vice-secretário assistente de Estado para Operações de Segurança, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos. A melhor forma de atacar o problema, afirma, é "identificar e restringir as fontes e métodos do comércio ilícito através de rigorosos controles de exportação, medidas de execução legal e esforços para destruir rapidamente o excesso de estoques e proteger estoques governamentais legítimos de roubos ou transferências ilegais".

A proliferação de armamentos leves e armas de pequeno porte ilícitas em regiões do mundo que sofrem instabilidade política e conflitos violentos provou ser obstáculo importante para a paz, o desenvolvimento econômico e os esforços de reconstrução de sociedades destruídas pela guerra. Em locais como Serra Leoa, Kosovo e Colômbia, milhares de civis inocentes foram mortos e dezenas de milhares de outros deslocados por conflitos étnicos e civis perpetuados, em grande parte, pelo fácil acesso a armas de pequeno porte e armamentos leves ilícitos.

Os Estados Unidos são líderes mundiais nos esforços para reduzir o tráfico ilícito e o acúmulo desestabilizador de armas de pequeno porte e armamentos leves através de diplomacia multilateral e assistência bilateral aos países necessitados. Especificamente, os Estados Unidos dirigiram sua política à construção e aprimoramento das capacidades legais e de execução da lei, controlando a proliferação para áreas de conflito, oferecendo treinamento sobre controles de exportação e práticas alfandegárias, desencorajando exportações irresponsáveis e indiscriminadas, fortalecendo as sanções contra os violadores de embargos, aumentando a segurança dos estoques e destruindo o excesso de armamentos. A abordagem norte-americana concentra-se em medidas práticas e eficazes para tratar o problema de tráfico de armas de pequeno porte e armamentos leves ilícitos nas regiões de conflito onde é mais urgente, ainda que

reconhecendo a legitimidade do comércio, fabricação e compra legal de armas.

CONTROLES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO: controles eficazes de exportação e importação são a chave de qualquer esforço bem sucedido para reduzir os problemas de comércio ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves. Em muitos países em desenvolvimento, existem muito poucas leis, ou mesmo nenhuma, para regulamentar a importação e exportação de armas de pequeno porte e armamentos leves. Em lugares em que essas leis e regulamentos existem, a sua execução muitas vezes é fraca. Certificados de uso final, meio principal de assegurar que as armas são entregues aos usuários pretendidos, em países pobres, onde reina a corrupção, são facilmente forjados e podem freqüentemente ser adquiridos mediante pagamento.

Todos os países que fabricam, comercializam ou servem de trânsito para armas necessitam de um regime rigoroso que regulamente a transferência de armas. As regulamentações da Lei de Controle de Exportações de Armas dos Estados Unidos (AECA) regem as exportações comerciais de todos os artigos de defesa dos Estados Unidos e serviços, bem como as transferências governamentais através do programa de Vendas Militares Estrangeiras (FMS). Com base nessas regulamentações, é necessária a aprovação do governo norte-americano para cada transação de artigos e serviços de defesa. Os usuários finais pretendidos são

cuidadosamente analisados para assegurar que não violem nenhuma das normas e princípios da política de Transferência de Armas Convencionais (CAT) dos Estados Unidos, de 1995. Com base no CAT, todas as exportações comerciais e transferências não-comerciais estão sujeitas a critérios rigorosos, que incluem: as necessidades de segurança dos Estados Unidos e do país destinatário; o apoio a interesses de política externa; o risco de impacto adverso sobre a região ou país de destino; o histórico de direitos humanos, terrorismo e proliferação do destinatário, bem como seu potencial de mau uso; e o potencial de desvio ou outro uso não autorizado.

As retransferências não autorizadas são importante fonte de armas de pequeno porte e armamentos leves comercializados de forma ilícita. Armas retransferidas sem notificação ao exportador original são frequentemente o elo entre o comércio legal e ilegal. Certos países da África e América Latina, por exemplo, tornaram-se condutores importantes de armas para grupos insurgentes ou terroristas violentos, devido a regulamentações insuficientes sobre retransferências de armas comercializadas legitimamente. Os Estados Unidos são um dos poucos países do mundo a condicionar todas as vendas comerciais e transferências governamentais de artigos de defesa sobre rigorosa certificação de uso final, segurança adequada para evitar desvios ilegais e a necessidade de autorização para retransferência. A legislação norte-americana proíbe que armas e munições exportadas dos Estados Unidos sejam retransferidas pelo destinatário sem aprovação prévia do governo norte-americano. Violações suspeitas são sujeitas a verificações de uso final, que podem resultar em sanções criminais contra as pessoas ou entidades envolvidas e na proibição das exportações para um país violador. Por lei, todas as armas de pequeno porte e armamentos leves dos Estados Unidos são marcados no momento da fabricação e da importação, para ajudar no rastreamento de desvios ilegais.

As leis e regulamentações são tão boas quanto sua execução. Embora nenhum mecanismo de execução seja à prova de erros, os Estados Unidos empregam verificações de uso final como instrumento para deter e assegurar que as exportações norte-americanas não sejam desviadas ilegalmente para usuários finais indesejados. Quando um embarque for suspeito de

desvio ou alguma outra violação, o Departamento de Estado e o Serviço de Alfândega dos Estados Unidos podem conduzir verificações de uso final através de um programa conhecido como "Lanterna Azul". O Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD) também instituiu um sistema de monitoramento de uso final para vendas militares estrangeiras, com base no programa Lanterna Azul. As verificações podem variar de simples entrevistas conduzidas por autoridades do Departamento de Estado ou da Alfândega até a inspeção física dos embarques. Centenas dessas verificações de uso final são conduzidas a cada ano em todo o mundo. Violações conhecidas de regulamentações de exportação dos Estados Unidos resultaram na recusa e suspensão de licenças, processos criminais e proibição de todas as exportações de defesa para certos países. Pessoas submetidas a processo com base no ITAR podem enfrentar penas criminais de até US\$ 1 milhão por violação, prisão, ou ambas.

REGULAMENTAÇÃO DOS NEGOCIANTES DE ARMAS:

negociantes "nocivos" sem verificação que operam impunemente devido à falta de regulamentação são fonte importante de armas traficadas ilicitamente em todo o mundo. Menos de 20 países no mundo possuem leis que regulamentam os negociantes de armas. Os Estados Unidos orgulham-se de possuir um dos regimes mais abrangentes a regulamentar negociantes internacionais de armas no mundo. Uma lei norte-americana aprovada em 1996, em alteração à Lei de Controle das Exportações de Armas (AECA), estabelece que negociantes comerciais ativos na venda de artigos de defesa dos Estados Unidos necessitam ser registrados no Escritório de Controles do Comércio de Defesa do Departamento de Estado (DTC). Cada transação necessita também ser totalmente autorizada e licenciada pelo DTC. A jurisdição estende-se não apenas aos cidadãos norte-americanos e nativos de outros países que operam nos Estados Unidos, mas também aos cidadãos norte-americanos no exterior. Por fim, os negociantes necessitam apresentar relatórios anuais que enumeram e descrevem todas as atividades aprovadas. Os Estados Unidos incentivam ativamente outros países a desenvolverem estritas leis e procedimentos comerciais, convocando repetidamente discussões internacionais sobre o desenvolvimento de modelos de regulamentação comercial que poderão servir de padrão global para leis comerciais nacionais.

EXECUÇÃO DE EMBARGOS: embora as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas imponham compromissos legalmente válidos aos Estados membros, muitas vezes alguns membros não possuem a vontade política ou os recursos para assegurar o cumprimento dos embargos do Conselho. Os Estados Unidos observam rigorosamente os embargos e impõem penas criminais às empresas norte-americanas que os violarem. Os Estados Unidos incentivam todos os países a imporem sanções criminais aos violadores dos embargos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiando maior cooperação internacional e envolvendo os comitês de sanções da ONU para a identificação de violações e violadores.

ATAQUE AOS MEIOS DE FINANCIAMENTO: os meios de comunicação dedicaram muita atenção ao problema dos "diamantes de conflito". Pedras preciosas, madeira, minérios, drogas e outros tipos de contrabando, bem como diamantes, são trocados por armas e também são importante precipitador de conflitos entre organizações militares rivais que lutam pelo controle de concessões lucrativas em algumas áreas de conflito, tais como o Oeste, Centro e Sul da África. Os Estados Unidos apoiaram ativamente uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas de dezembro de 2000, que convocou a suspensão da ligação entre diamantes e conflito, e uma resolução de julho de 2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas convocando os Estados membros a banir a importação de diamantes de Serra Leoa, a menos que exportados com um processo de certificação aprovado pelo Comitê de Sanções das Nações Unidas. Os Estados Unidos apoiaram ainda sanções contra a Libéria e Angola com relação ao comércio de diamantes de conflito. Os Estados Unidos estão atualmente trabalhando com a indústria de diamantes, organizações não-governamentais (ONGs) e governos através do chamado "Processo Kimberly", para desenvolver padrões para um processo de certificação global. O término da exportação dos "diamantes de conflito" e outros tipos de contrabando auxiliará em muito os esforços para suspender fontes ilegais de receita que muitas vezes financiam o tráfico ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves.

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA: a falta de leis adequadas, regulamentações, treinamento e recursos

oculta em grande parte os esforços de muitos países para restringir o tráfico de armas de pequeno porte e armamentos leves ilícitos. Os Estados Unidos trabalham de forma bilateral e multilateral para oferecer assistência técnica e financeira nas áreas de execução legal, assistência ao controle de exportações, gerenciamento de estoques e destruição do excesso de armas de pequeno porte e armamentos leves. Os Estados Unidos financiam uma série de programas na África, que incluem, notadamente, a Pesquisa Básica Africana sobre Legislação, Regulamentações e Capacidade de Execução Legal sobre Armas de Pequeno Porte, para o Instituto Africano de Prevenção do Crime e Tratamento de Criminosos das Nações Unidas (UNAFRI). Os Estados Unidos lideram esforços para incluir relatórios nacionais sobre transferências de armas de pequeno porte e armamentos leves no Acordo Wassenaar, uma organização de 33 países dedicada à transparência e responsabilidade nas transferências de armas. Oferece-se assistência ao controle de exportação a países que necessitam desenvolver leis, regulamentações e mecanismos de execução; particularmente, possuímos extensos programas de cooperação com antigos membros do Pacto de Varsóvia. No ano fiscal 2001, os Estados Unidos dedicaram US\$ 2 milhões a esforços globais para ajudar os países na destruição do excedente de armas de pequeno porte e armamentos leves.

Acreditamos que a abordagem descrita acima inclui as melhores perspectivas de combate à proliferação danosa de armas de pequeno porte e armamentos leves nas regiões do mundo onde a ação é mais urgente. Os Estados Unidos não apóiam as propostas de alguns para banir totalmente a posse de armas de fogo por civis. Indivíduos dos Estados Unidos e de muitos países possuem e utilizam legalmente armas de fogo para caça e esporte. O problema da proliferação de armas de pequeno porte e armamentos leves em áreas de conflito e instabilidade política é uma questão qualitativamente diferente. Moldar a rede de forma ampla, a ponto de banir todas as armas de fogo, é contraproducente.

De forma similar, a grande maioria de armas de pequeno porte e armamentos leves vendidos em todo o mundo é licenciada, através de transações totalmente legais, principalmente para os governos, para fins de defesa nacional e execução das leis. É ilógico tratar todo

o comércio e fabricação de armas da mesma forma que o comércio ilícito. Por fim, os Estados Unidos discordam de propostas para banir as vendas de armas de pequeno porte/armamentos leves para participantes não-estatais. Fundamentalmente, opomo-nos em princípio a esse banimento, por não fazer distinção entre usuários finais responsáveis e irresponsáveis (somente se eles são ou não "governos"). Grupos terroristas, insurgentes e traficantes de drogas adquirem armas principalmente através de desvios ilegais, roubo e contrabando, e não através de transferências legítimas. Portanto, o banimento para participantes não-estatais dificilmente funcionaria conforme o pretendido. Também é importante notar que esse banimento impediria a assistência a grupos não-estatais oprimidos, tais como uma minoria étnica que enfrenta genocídio por um governo opressor. As armas adquiridas através

de canais ilícitos são melhor atingidas por aprimoramentos dos controles de exportação (tanto para usuários estatais como não-estatais), que defendemos ativamente.

Por fim, soluções simples e genéricas são ineficazes ao lidar com os problemas complexos, muitas vezes específicos de regiões, causados pela proliferação de armas de pequeno porte e armamentos leves. Esforços concentrados para identificar e restringir as fontes e métodos do comércio ilícito através de rigorosos controles de exportação, medidas de execução da lei e esforços para destruir rapidamente o excesso de estoques e defender os estoques governamentais legítimos de roubo ou transferências ilegais são as melhores formas de atacar o problema. ●

TRÁFICO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: PODE SER CONTROLADO?

*Herbert L. Calhoun, Especialista Sênior em Assuntos Externos e Vice-Diretor de Divisão
Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos*



"Desde o fim da Guerra Fria, o interesse voltou-se para armas de pequeno porte e armamentos leves, principalmente como resultado do aumento dramático do número, duração e destrutividade de conflitos entre Estados, muitos dos quais motivaram custosas missões de manutenção da paz das Nações Unidas", afirma Herbert L. Calhoun, especialista sênior em assuntos internos e vice-diretor de divisão, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos. "A mudança do cenário de segurança internacional de poucas guerras eventuais de larga escala entre Estados para freqüentes conflitos de pequena escala entre Estados ocorreu em uma época em que as normas internacionais, os regimes de controle de exportação e os tratados de controle ou eliminação de armas de destruição em massa estão fazendo progressos substanciais."

A maior parte dos esforços de controle de armas desde a Segunda Guerra Mundial dedicou-se a armas nucleares e outras de destruição em massa, ou armas pesadas convencionais. Desde que o secretário geral das Nações Unidas emitiu um suplemento à sua Agenda da Paz de 1995 sobre o assunto (janeiro de 1995), vem sendo dedicada maior atenção às armas que estão realmente produzindo os horrores vivenciados na África, nos Bálcãs e em outras partes do mundo. Esses armamentos são armas de pequeno porte e armamentos leves, tais como minas terrestres, rifles de assalto (como o AK-47) e metralhadoras. Este artigo examina os esforços recentes para tratar das questões, desenvolver e estabelecer controles internacionais apropriados sobre armas de pequeno porte e armamentos leves. A questão do controle de minas terrestres de combate a soldados seguiu percurso separado e não é abordado no presente.

O QUE SÃO ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES?

Em um contexto mais amplo, armas de pequeno porte e armamentos leves incluem grande variedade de instrumentos letais, desde revólveres até sistemas de defesa aérea individuais. Embora não exista definição universalmente aceita de armas de pequeno porte, a expressão é normalmente considerada como abrangendo revólveres individuais e sua munição, destinados principalmente para uso individual por

forças militares como armamentos letais. Uma relação típica de armas de pequeno porte inclui pistolas automáticas, rifles e carabinas, armas subautomáticas, rifles de assalto e armas automáticas leves. Não se incluem nessa lista os rifles de caça, revólveres civis e armas consideradas itens de colecionador, tais como peças de museus e outras armas preservadas para fins históricos.

Os armamentos leves são normalmente mais pesados e maiores que as armas de pequeno porte e destinam-se a ser empregados por uma pequena equipe ou tripulação de pessoal de infantaria. Eles incluem algumas armas de fogo individuais e sua munição, armas e foguetes de artilharia leve e mísseis teleguiados para uso contra veículos blindados, aviões ou fortificações. Uma relação típica de armamentos leves poderá também incluir armas automáticas lançadoras de granadas manuais, sob barreiras e montadas, sistemas de defesa aérea individuais (tais como armas e mísseis anti-aéreos portáteis), bombas antitanques e rifles sem coice, sistemas lançadores de foguetes e antitanques portáteis e morteiros de calibre abaixo de 100 mm. Os armamentos leves encontram-se imediatamente abaixo das sete categorias de armas de grande porte relatadas para o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e são, portanto, uma categoria intermediária entre "armas de pequeno porte" e "armas de grande porte".

Em comparação com sistemas complexos de armas de grande porte, as armas de pequeno porte e armamentos leves são mais amplamente produzidas e disponíveis, relativamente fáceis de serem ocultados e exigem pouca manutenção, apoio logístico e treinamento para sua operação.

A QUE SE DEVE O RECENTE AUMENTO DO INTERESSE PELAS ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES?

Desde o final da Guerra Fria, o interesse voltou-se para armas de pequeno porte e armamentos leves, principalmente como resultado do aumento drástico do número, duração e destrutividade dos conflitos entre Estados, muitos dos quais motivaram custosas missões de manutenção da paz das Nações Unidas. A mudança do cenário de segurança internacional de poucas guerras eventuais de larga escala entre Estados para conflitos freqüentes de pequena escala ocorreu em um momento em que as normas internacionais, os regimes de controle de exportação e os tratados de controle ou eliminação de armas de destruição em massa estão fazendo progressos substanciais. Ao mesmo tempo, a proliferação e o mau uso criminoso de armas de pequeno porte e armamentos leves vêm representando ameaças crescentes à segurança nacional e regional.

Essas armas alimentaram dezenas de conflitos locais e entre Estados mundo afora, matando, ferindo e deslocando milhões de pessoas, principalmente mulheres e crianças, da Albânia até a República Democrática do Congo. Elas são as reais armas de destruição em massa de hoje em dia. Patrick Brogan relata em "World Conflicts" (The Scarecrow Press, 1998) que entre 20 e 30 milhões de mortes ocorreram nas 85 guerras ocorridas desde 1945. O Instituto de Estudos Internacionais da África do Sul informa que somente a África sofreu 5.994.000 fatalidades nos últimos 50 anos, devido principalmente às armas de pequeno porte e armamentos leves. O Comitê Norte-Americano de Refugiados calcula que, em 1997, havia mais de 14 milhões de refugiados em terras estrangeiras e mais de 19 milhões de "refugiados internos", número similar ao movimento em massa de povos após a Segunda Guerra Mundial. Em resumo, a regulamentação das armas de pequeno porte e armamentos leves, em comparação com as armas de

destruição em massa, permanece um assunto relativamente subdesenvolvido.

As estimativas do número de armas de pequeno porte e armamentos leves variam de 100 a 500 milhões, com 50 a 80 milhões sendo rifles de assalto AK-47. Um número cada vez maior de países está se tornando auto-suficiente na fabricação de armas de pequeno porte e respectiva munição, seja através de produção doméstica ou licenciada. Há registros de que um rifle de assalto AK-47 pode ser adquirido nas ruas de alguns países em desenvolvimento por até US\$ 10,00, ou em troca de uma galinha ou um ganso. Em outros países, rifles AK-47 podem ser alugados por uma hora por criminosos, unicamente com o propósito de realizar um ato criminoso. Transferências internacionais também são importante fonte de fornecimento de armas de pequeno porte e armamentos leves, através de um sem-número de canais, tanto legais como ilegais.

Os efeitos negativos da proliferação e do tráfico ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves são diversos e de longo alcance. Embora sejam mais importantes as ameaças maiores à segurança regional e internacional, esses efeitos também vêm sendo sentidos indiretamente na forma de aumentos dramáticos dos custos de manutenção da paz resultantes do crescente número e intensidade dos conflitos entre Estados. Outros aspectos negativos desses armamentos incluem seu maior uso por terroristas, a ampliação das ameaças aos mantenedores da paz das Nações Unidas e aos trabalhadores de assistência humanitária, bem como o enfraquecimento da implementação dos acordos de paz. A necessidade urgente de reprimir a proliferação e o mau uso desses armamentos, que foi ressaltada por dois secretários gerais das Nações Unidas, levantou uma série de desafios humanitários, de execução das leis de desenvolvimento e de segurança para a comunidade internacional.

A CULTURA E O CONTROLE DE ARMAS DE PEQUENO PORTE E ARMAMENTOS LEVES

A soberania dos Estados inclui, por definição, o direito de monopolizar o legítimo exercício da força. Com base no Artigo 51 da Constituição das Nações Unidas, os Estados também possuem o direito de fazer uso da força em autodefesa, ou em defesa da sua soberania. As

armas de pequeno porte e os armamentos leves utilizados para manter a ordem doméstica e defender as fronteiras de uma nação representam a manifestação mais visível e duradoura desses direitos básicos e, portanto, permanecerão sempre fortemente identificados com as questões de independência e soberania. Uma extensão lógica desses direitos é que os Estados também possuem o direito de fabricar legalmente e adquirir, de qualquer outra forma, as armas necessárias para sua autodefesa.

Tradicionalmente, são as leis nacionais, e não as internacionais, que determinam as condições de propriedade e uso de armas de pequeno porte e armamentos leves por forças de segurança e cidadãos privados. Assim, as tentativas internacionais de controle de armas de pequeno porte e armamentos leves devem considerar esses direitos fundamentais dos Estados. As normas culturais, valores sociais e tradições históricas afetam a regulamentação doméstica de armas. Aprender a utilizar uma arma para autodefesa, fins esportivos ou treinamento militar, por exemplo, é comum para muitos países. As forças armadas, polícia ou milícias na maior parte dos países são autorizadas a carregar e utilizar armas de pequeno porte de acordo com as leis domésticas e, em alguns países como os Estados Unidos, cidadãos privados também podem fazê-lo. O direito de possuir e portar armas pode até ser garantido em legislação e constituições nacionais, como é o caso nos Estados Unidos. Propostas de controle de armas de pequeno porte e armamentos leves necessitam considerar essas diferenças de orientação nacional e o fato de que os Estados protegem-se de forma ciumenta contra qualquer intromissão externa nas suas políticas domésticas.

CAUSAS DA INSEGURANÇA

Embora as armas de pequeno porte e armamentos leves desempenhem papel significativo na exacerbação de conflitos que resultam em enormes custos humanos e sócio-econômicos, as causas desses conflitos residem em diferenças e disparidades políticas, econômicas, étnicas e religiosas. Essas muitas vezes são agravadas por deficiências relativas ao governo e falta ou fraqueza das instituições democráticas e da observação dos direitos humanos. As condições de insegurança endêmica e estruturas de execução da lei e regulatórias deficientes

entre os Estados, associadas ao fato de que essas armas são baratas, amplamente disponíveis, facilmente ocultadas, transportáveis através de fronteiras porosas, exigem pouca manutenção e treinamento, aumentando os problemas de proliferação disseminada, tráfico ilícito, posse e uso criminoso.

OFERTA E DEMANDA

São necessárias estratégias do lado da oferta e do lado da demanda para superar o problema das armas de pequeno porte e armamentos leves. A circulação de armas sem controle em países com governos frágeis e histórico de sérios problemas internos apenas exacerba as causas do conflito. A "sobredemanda", com suas muitas e indesejadas conseqüências, obviamente necessita ser tratada. Ao mesmo tempo, é fato que a utilização de armamentos é muitas vezes apenas um sintoma de males sociais mais profundos, males que produzem a insegurança que orienta a demanda por armamentos. A remoção dos instrumentos sem cuidar das causas da insegurança simplesmente gerará nova demanda por armamentos de reposição, sem afetar as fontes de insegurança. Inevitavelmente, essas fontes, tais como o subdesenvolvimento, necessitam ser abordadas para que as tentativas de controle de armas sejam eficazes. A abordagem mais promissora para o conjunto completo dos problemas associados com as armas de pequeno porte equilibra os esforços do lado da oferta e do lado da demanda e os integra a outros programas destinados a reduzir o subdesenvolvimento e outras causas básicas de insegurança.

TRANSFERÊNCIAS LEGAIS OU ILEGAIS?

As transferências legais e ilegais muitas vezes são tão interligadas que é difícil estabelecer uma base clara para distingui-las. Muitos armamentos que se originam na produção ou exportações legais eventualmente caem em circulação ilegal. É impossível saber com certeza qual percentual das transferências de armas de pequeno porte e armamentos leves é legal ou ilegal, ou quando e como os armamentos que foram originalmente transferidos de forma legal tornam-se ilegais em algum ponto da sua história.

A crise da Somália é um bom caso para estudo. As armas que ajudaram a tornar essa crise próxima da

anarquia podem ser rastreadas diretamente para a grande oferta de rifles de assalto AK-47 trazidos de volta para a Somália por cerca de 200.000 soldados adolescentes fugitivos da Guerra de Ogaden. O governo da Somália, por razões legítimas de segurança, adquiriu legalmente esses armamentos. Muitas armas adquiridas legalmente para necessidades de segurança em um conflito acabam sendo utilizadas para propósitos ilícitos em outro. Elas são muitas vezes recirculadas por governos ou subgrupos étnicos simpatizantes do exército ou de forças rebeldes de outro. Alguns armamentos recuperados em programas de recompra em El Salvador foram utilizados no Vietnã, Uganda e Angola. Uma das questões mais surpreendentes enfrentadas pelos analistas e estudiosos é: "De que forma medidas internacionais para regulamentar armas de pequeno porte e armamentos leves determinam a ambigüidade entre o que é lícito em uma ocasião e ilícito em outra?"

RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

As Nações Unidas permanecem na linha de frente dos esforços para restringir a difusão de armas de pequeno porte e armamentos leves. Com base nas iniciativas anteriores que convocaram a ação de combate ao comércio ilícito e uso criminoso de armas de pequeno porte e armamentos leves, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma série de resoluções nos últimos anos, convocando diversas ações em todos os níveis.

— Resolução 46/36 H de 6 de dezembro de 1991: conclamou os Estados a conter o tráfico ilegal e armas, assegurando melhor controle sobre os estoques e transferências, encorajando o trabalho a todos os níveis para harmonizar leis e procedimentos relevantes. Esta resolução continha uma lista de medidas indicativas a serem implementadas em nível nacional, regional e internacional.

— Resolução 50/70 B de 12 de dezembro de 1995: solicitou ao secretário geral o estabelecimento de um painel de especialistas governamentais para preparar um relatório sobre a natureza e as causas do problema de armas de pequeno porte. Foi estabelecido um painel de 16 nações, que se reuniu pela primeira vez em 24 de

junho de 1996 e, posteriormente, em julho de 1997. Em outubro de 1997, o painel publicou um relatório que analisou a natureza e as causas dos problemas de armas de pequeno porte e forneceu uma série de recomendações para ações voluntárias dos Estados para cuidar do problema.

— Resolução 52/38 J de 1997: estabeleceu um segundo painel de 23 membros, que se reuniu em 1998, para analisar a implementação das recomendações do primeiro relatório, sugerir medidas adicionais e examinar a viabilidade de realização de uma conferência internacional sobre o tráfico ilícito de armas de pequeno porte em todos os seus aspectos.

— Resolução 51/45 N de dez de dezembro de 1996 e 52/38 G de nove de dezembro de 1997, em que as primeiras resoluções destinaram-se a atender aos aspectos pós-conflito do desarmamento. Salientou-se a importância e os benefícios da instituição de certas medidas práticas de desarmamento durante e após os conflitos (medidas como recolhimento, controle e descarte de armas de pequeno porte e armamentos leves, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, bem como formas de restringir a produção e as transferências ilícitas.

— Resolução 54/54 V de 15 de dezembro de 1999: convocou uma conferência internacional sobre "o comércio ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves em todos os seus aspectos", durante o verão de 2001. A resolução especificou que a conferência deveria produzir um programa de ação global como resultado principal. A conferência estava programada para ter lugar entre nove e 20 de julho de 2001; e de 20 a 30 de março de 2001. O comitê preparatório decidiu suas questões principais de procedimento e completou uma segunda leitura do seu Programa de Ação provisório. Já são altas as expectativas sobre as perspectivas para a conferência, mas uma série de questões relativamente difíceis permanece sem solução no texto do Programa de Ação provisório.

As ações das Nações Unidas sobre armas de pequeno porte e armamentos leves não se limitam à Assembléia Geral. Em declaração de setembro de 1999, o Conselho de Segurança da ONU também reconheceu o problema

crescente. E existe ainda interesse dos níveis mais altos das Nações Unidas. Conforme observamos na introdução, o secretário geral emitiu convocação para ação na área de armas de pequeno porte e armamentos leves, em 1995. No suplemento à "Agenda para a Paz", ele observou os progressos consideráveis feitos no tratamento das armas de destruição em massa (WMD) e encorajou a comunidade internacional a voltar-se para as armas que estão "realmente matando centenas de milhares de pessoas e que estão sendo utilizadas nos conflitos de que participam as Nações Unidas: armas de pequeno porte e armamentos leves". Em resposta ao apelo do secretário geral, desenvolveu-se ampla onda de iniciativas que ainda prosseguem.

Em novembro de 1997, por exemplo, os Estados Unidos, o México e outros 26 governos do Hemisfério Ocidental assinaram uma convenção negociada através da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a fabricação ilícita e o tráfico de armas de fogo, munição e materiais explosivos. O tratado exige que os Estados fortaleçam os controles fronteiriços, registrem as armas de fogo e compartilhem informações sobre fabricantes, negociantes, importadores e exportadores de armas.

Em maio de 1998, os quinze membros da União Européia estabeleceram compromisso político sobre um código de conduta que governa as transferências de armas. O código estabelece oito critérios para exportações de armas da União Européia, que impõem restrições sobre transferências para os violadores dos direitos humanos, governos repressivos e exportações a regiões de conflitos prolongados. Em dezembro de 1998, em esforço para combater acúmulos desestabilizadores de armas de pequeno porte, os países da União Européia também adotaram uma Ação Conjunta sobre Armas de Pequeno Porte, com compromissos legais. A Ação Conjunta destina-se a auxiliar o impulso à difusão de armas de pequeno porte, ao apoiar reduções de inventário, registros regionais, intercâmbios de informações, aumento dos controles nacionais, aumento da educação e conhecimento e de fornecimento de incentivos para que as facções em guerra rendam-se e destruam suas armas.

Em julho de 1998, 21 nações reuniram-se em Oslo, Noruega, sob o comando daquele governo, para a

primeira conferência internacional governamental sobre armas de pequeno porte. Os participantes concordaram que a complexidade dos problemas das armas de pequeno porte exige ações e busca de múltiplas facetas ao longo de uma variedade de caminhos paralelos. O consenso de Oslo foi incorporado a um documento final, "Elementos de Entendimento Comum", que convocou apoio global às 11 iniciativas internacionais existentes. Em dezembro de 1999, uma segunda conferência promovida pela Noruega foi realizada em Oslo. Participou um conjunto geograficamente variado de 18 países. O objetivo dessa conferência era fazer balanço dos desenvolvimentos em andamento e concentrar-se em discussões profundas sobre o comércio de armas. O resultado dessa segunda conferência foi outra edição de "Elementos de Entendimento Comum", que identificou áreas para maiores estudos e descreveu uma série de possíveis medidas para solucionar os problemas de comércio de armas.

Na Cúpula de Países Não-Alinhados de agosto/setembro de 1998 em Durban, África do Sul, os chefes de Estado exprimiram preocupação sobre a transferência e circulação ilícita de armas de pequeno porte e sua proliferação, que constituem séria ameaça à segurança nacional e regional de muitos países não-alinhados. Eles solicitaram aos participantes da Cúpula a adoção de medidas para lidar de forma eficaz com os problemas de armas de pequeno porte através de meios administrativos e legislativos, convocando os produtores e as nações com os maiores arsenais a reduzirem significativamente a produção e o comércio de armas convencionais.

Seguindo-se à oportunidade criada pela primeira conferência de Oslo, o governo da Bélgica promoveu, em outubro de 1998, a primeira conferência da sua espécie sobre "Desarmamento Sustentável para o Desenvolvimento Sustentável". Cerca de noventa países, além de um grande número de organizações não-governamentais (ONGs) se fizeram representar em Bruxelas. A conferência rejeitou a idéia de que desarmamento e desenvolvimento poderiam ser tratados com sucesso isoladamente e convocou as nações a adotarem uma abordagem integrada. A conferência de Bruxelas emitiu uma "Convocação de Ações", delineando, em detalhes abrangentes, as

atividades que a comunidade internacional deverá considerar para tratar dos problemas de armas de pequeno porte e desenvolvimento.

Em outubro de 1998, os 16 Estados membros da Comunidade Econômica de Estados do Oeste Africano (ECOWAS), liderados pelo presidente da República do Mali, Alpha Oumar Konare, declararam moratória renovável por três anos sobre a produção, importação e exportação de armamentos leves na região do oeste africano. Este foi o ápice de quase cinco anos de esforços intensivos da parte do governo do Mali, das Nações Unidas e de outros governos, tanto da região como de fora dela, para o estabelecimento da primeira moratória sobre armas convencionais de todos os tempos. Foi estabelecido um mecanismo organizacional para implementar e administrar a moratória, à medida que uma série de nações considera como melhor contribuir para o seu sucesso. A Moratória da ECOWAS deverá ser renovada em 31 de outubro de 2001.

Além das ações intergovernamentais, as ONGs vêm também desempenhando importante papel ao elevarem a consciência da comunidade internacional, conduzindo o fardo da pesquisa acadêmica e estabelecendo conjuntos eficazes de dados. Elas também ajudaram a fortalecer a ação dos governos em apoio aos esforços sobre armas de pequeno porte e armamentos leves. As ONGs também promoveram conferências e seminários fundamentais, participando da maior parte das conferências promovidas por governos. Sua constante promoção da melhor cooperação entre os governos, sociedade civil e ONGs assegura que o progresso no campo das armas de pequeno porte será constante e cumulativo.

A REAÇÃO NORTE-AMERICANA

Em seu pronunciamento de abertura para a 50ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o presidente Clinton reconheceu a necessidade de dedicar mais atenção sobre o problema das armas de pequeno porte e problemas relacionados de tráfico de drogas, contrabando e aumento do terrorismo. A abordagem norte-americana sobre armas de pequeno porte vem sendo de cuidar, de forma equilibrada, tanto questões ligadas à demanda, ou causas subjacentes, como questões ligadas à oferta, tais como o tráfico ilícito.

Como esforço para obstruir fluxos ilícitos, bem como regulamentar melhor os fluxos legais, os Estados Unidos utilizam a totalidade das suas ferramentas políticas em todos os níveis. Os esforços norte-americanos relativos à demanda incluem as iniciativas da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para promover o estabelecimento de práticas e instituições democráticas, ênfase contínua sobre o respeito aos direitos humanos, adoção de reação integrada para crises transnacionais complexas, implementação de uma série de medidas práticas de desenvolvimento e desarmamento pós-conflito e apoio ao estabelecimento e aumento das capacidades regulatórias e de execução da lei em sociedades ameaçadas e devastadas pela guerra.

Do lado da oferta, os Estados Unidos procuram globalizar as "melhores práticas", que incluem: incentivar a adoção global de regulamentações modelo sobre transferências comerciais de armas; imposição de controles sobre transações de comercialização e reexportação de armas; apoiar a implementação eficaz do recém-completado Protocolo de Armas de Fogo de Viena (dois de março de 2001), com base no modelo da OEA; fornecer assistência para a destruição de armas e estoques de segurança; e promover a conclusão precoce de um acordo internacional para restringir os sistemas de defesa aérea individuais. No outono de 1998, os Estados Unidos lançaram uma série de importantes iniciativas políticas dirigidas principalmente à conexão entre fluxo de armas e conflitos na África.

Devido ao comprometimento demonstrado pelas suas ações, os Estados Unidos são reconhecidos como líder nos esforços para o controle de armas de pequeno porte e armamentos leves. Como nação fornecedora, os Estados Unidos tomaram a sério sua responsabilidade de manutenção dos mais altos padrões de transparência, controles de exportação, restrição de transferências de armas e regulamentação das atividades comerciais. Os Estados Unidos estabeleceram parcerias com Estados com pensamentos similares para atender a uma série de questões de armas de pequeno porte e armamentos leves, que incluem a destruição de armamentos, coordenação de assistência a Estados afetados, apoio às iniciativas regionais e fortalecimento da execução dos embargos do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na Reunião Ministerial especial do Conselho de Segurança da ONU sobre a África, em setembro de 1999, os Estados Unidos iniciaram uma série de medidas concretas, que foram implementadas ao longo dos dois últimos anos. Elas incluem:

— compromissos com a revelação completa e oportuna de todos os embarques de armas sendo transferidos para regiões ou zonas de conflito na África;

— apoio internacional para a moratória voluntária das vendas de armas que poderiam alimentar conflitos interconectados;

— reuniões de governos e organizações internacionais e não-governamentais para intercâmbio de informações sobre transferências regionais de armas;

— aumento da ajuda para capacitação na África, a fim de monitorar e interditar fluxos de armas e fortalecer a execução de sanções;

— adoção de legislação nacional para criminalizar as violações de embargos obrigatórios de armas e outros regimes de sanções; e

— apoio para a efetiva implementação do Protocolo de Armas de Fogo e do acordo multilateral que restringe a exportação de sistemas de defesa individuais.

Estas iniciativas complementaram e reforçaram uma série de iniciativas existentes por parte dos Estados Unidos, destinadas a por fim à violência na África. Em 1994, por exemplo, o governo norte-americano promulgou a Lei da Resolução dos Conflitos Africanos, que exige que as agências norte-americanas relatem anualmente ao Congresso seus esforços para aprimorar as capacidades de resolução de conflitos na África. Na Reunião Ministerial Estados Unidos-África de março de 1999, intitulada "Parceria para o Século XXI", os Estados Unidos reafirmaram seu apoio à iniciativa Reação à Crise Africana (ACRI). Desde 1993, os Estados Unidos contribuíram com US\$ 8 milhões para apoiar a ACRI.

Os Estados Unidos lideraram uma série de ações destinadas a pôr fim e a evitar genocídio em Ruanda, que incluem: reuniões com outros chefes de Estado na Cúpula de Entebbe, em março de 1998; promoção da

resolução das Nações Unidas que reativou a Comissão de Fluxo de Armas das Nações Unidas para identificar e suspender o tráfico ilegal de armas às antigas forças armadas e milícias de Ruanda; e concessão de apoio norte-americano ao Relatório do secretário geral da ONU para o Conselho de Segurança sobre as Causas de Conflito e a Promoção da Paz Duradoura e do Desenvolvimento Sustentável na África, de abril de 1998. No início de 2000, os Estados Unidos começaram a trabalhar com o Instituto Africano para a Prevenção do Crime e Tratamento de Ofensores (UNAFRI) das Nações Unidas, para investigar as regulamentações, leis e capacidades das nações africanas. O trabalho desse projeto prossegue. Os Estados Unidos continuam seus esforços para estender apoio político, técnico e material aos esforços do Mali e seus vizinhos para implementar a moratória da importação, exportação e fabricação de armamentos leves no oeste africano.

Além disso, os Estados Unidos participam de ampla variedade de grupos de trabalho, conferências e reuniões internacionais, que incluem o Grupo de Especialistas Governamentais sobre Armas de Pequeno Porte das Nações Unidas, cujos relatórios de 1997 e 1999 fizeram uma série de recomendações que foram endossadas pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos também participam das discussões de Desarmamento Prático da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas.

Além das reuniões promovidas pelas Nações Unidas, os Estados Unidos enviaram delegações de nível sênior às conferências de Oslo e Bruxelas, desempenhando papel proeminente na negociação dos documentos nelas contratados. Os Estados Unidos apóiam as consultas de questões de armas de pequeno porte da Parceria para a Paz (PfP) e do Pacto para a Estabilidade do Sudeste Europeu, do Conselho de Parceria Atlântico-Europeu e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, e delas participa.

Os Estados Unidos consultaram a Noruega, o Canadá, a África do Sul e outros países-chave, mantendo diálogo de alto nível com a Bélgica, para ajudar a desenvolver ainda mais a agenda internacional de armas de pequeno porte e compartilhar idéias sobre planos futuros sobre desarmamento e desenvolvimento.

Os Estados Unidos participam do Acordo de Wassenaar, de 33 membros, do Grupo dos Seis sobre Armas, do Subgrupo de Armas de Fogo do Grupo G-8 de Lyon e do Fórum da Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África (SADC), onde emitiu uma Declaração Conjunta dos Estados Unidos e da SADC sobre armas de pequeno porte e armamentos leves, estabelecendo um Grupo Conjunto de Trabalho para lidar com questões de armas de pequeno porte e armamentos leves.

Os Estados Unidos foram participantes ativos do processo que levou à Conferência de Armas de Pequeno Porte das Nações Unidas de 2001, programada para ter lugar na Sede da ONU entre 9 e 20 de julho de 2001. O objetivo da Conferência é o de chegar a um acordo sobre um Programa de Ação com compromissos políticos, que ajudará a reduzir os efeitos do comércio ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves. Os Estados Unidos permanecerão sendo participante fundamental dos esforços internacionais para resolver a questão de armas de pequeno porte e armamentos leves e importante fornecedor de fundos para a destruição de armamentos em excesso, bem como treinamento e

outros tipos de assistência para auxiliar os países afetados a lutar contra os acúmulos excessivos e destabilizadores de armas de pequeno porte e armamentos leves. Os Estados Unidos também continuarão a trabalhar na Conferência das Nações Unidas de 2001 para atingir um Programa de Ação de consenso que resultará em um regime global de armas de pequeno porte e armamentos leves contra o comércio ilícito desses armamentos.

A comunidade internacional demonstrou energia e vontade política considerável em seus esforços para cuidar do problema de armas de pequeno porte e armamentos leves. Devido à severidade e complexidade do problema, o atingimento de uma resolução abrangente a longo prazo provavelmente ocorrerá em futuro longínquo. A redução dos efeitos negativos mais imediatos e devastadores exigirá criatividade, flexibilidade e abordagens multifacetadas que atravessam disciplinas. A comunidade internacional fez um bom começo e a Conferência das Nações Unidas de 2001 oferece oportunidade única para firmar sólidas fundações para um regime global eficaz. ©

DESTRUIÇÃO DO EXCESSO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: POLÍTICA E PROGRAMAS DOS ESTADOS UNIDOS

*C. Edward Peartree, Chefe de Política, Divisão de Política, Planos e Análises,
Escritório de Assuntos Político-Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos*



"Embora controles robustos de exportação e execução sejam elementos fundamentais nos esforços para conter o tráfico ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves, a forma mais simples e confiável de evitar a proliferação dessas armas é através do gerenciamento adequado do estoque e da diligente destruição do excesso", afirma C. Edward Peartree, chefe de política da Divisão de Política, Planos e Análises, Escritório de Assuntos Político-Militares, Departamento de Estado dos Estados Unidos. "Tomando para si esse problema global, o Departamento de Estado, trabalhando com o Departamento de Defesa, dedicou fundos e conhecimentos à assistência de países para aprimorar as práticas de gerenciamento de estoques e destruir o excesso de armas de pequeno porte e armamentos leves".

INTRODUÇÃO

A principal fonte da desestabilização de acúmulos de armas de pequeno porte e armamentos leves em muitas regiões do mundo não é a produção nova, mas sim os estoques recirculados de armamentos militares excedentes. Os estoques da Guerra Fria nos países da Europa oriental e na antiga União Soviética, muitas vezes mal armazenados e sujeitos a roubos ou transferências ilegais, vêm sendo fonte de armas para organizações criminosas regionais e grupos terroristas violentos. As forças armadas do antigo Pacto de Varsóvia, ávidas por ingressar na OTAN, desfizeram-se de grandes quantidades de rifles de infantaria, armas automáticas e lançadores de granadas para o mercado global. As vendas de armas excedentes, muitas vezes para governos sob embargo internacional, provaram ser pronta fonte de receita para países em desenvolvimento com poucos recursos.

Na África, Sudeste Asiático e América Latina, as armas de pequeno porte utilizadas em um conflito regional frequentemente resultavam em outro conflito regional. As armas recolhidas após um acordo de paz, quando não rapidamente defendidas e diligentemente destruídas, muitas vezes serão dispersas pela comunidade, exacerbando a instabilidade e a criminalidade violenta, ou alimentando novos conflitos. As armas utilizadas pela FMLN em El Salvador e pelos contras e sandinistas da Nicarágua nos anos 1980 foram

recentemente rastreadas até a guerra civil colombiana. Algumas vezes, a migração de armas atravessa oceanos e continentes: rifles de assalto M-16 de origem norte-americana capturados no Vietnã após a queda de Ho Chi Minh (Saigon) surgiram décadas mais tarde na América Central.

Embora controles rígidos de exportação e execução da lei sejam elementos fundamentais dos esforços para conter o tráfico ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves, a forma mais simples e confiável de evitar a proliferação de armas ilícitas é através do gerenciamento apropriado de estoques e diligente destruição dos excessos. Tomando para si esse problema global, o Departamento de Estado, trabalhando em conjunto com o Departamento de Defesa, dedicou fundos e conhecimentos à assistência aos países no aprimoramento das práticas de gerenciamento de estoques e destruição do excedente de armas de pequeno porte e armamentos leves.

HISTÓRICO DOS ESFORÇOS NORTE-AMERICANOS

Até recentemente, a destruição de armas de pequeno porte excedentes pelos Estados Unidos era em grande parte um esforço casual. Reconhecendo que a redução dos estoques recolhidos de armas em um ambiente pós-conflito é fundamental para a redução da violência e o aumento da estabilidade, as forças armadas norte-

americanas, trabalhando às vezes com parceiros multinacionais, procederam freqüentemente à destruição de armas apreendidas ou recolhidas de outras formas em operações militares ou de manutenção da paz. Os Estados Unidos destruíram dezenas de milhares de armas de pequeno porte e armamentos leves no Iraque e no Kuwait durante e após a Guerra do Golfo. No Haiti, em 1994 e 1995, a 10ª Divisão de Montanha destruiu 18.621 armas de pequeno porte e armamentos leves. No Panamá, coincidentemente com a Operação Causa Justa de 1990/91, as forças norte-americanas destruíram 77.553 armas de pequeno porte e armamentos leves. A Força de Estabilização liderada pela OTAN na Bósnia e a força de Segurança do Kosovo, liderada pela OTAN no Kosovo, destruíram milhares de armas. Na Libéria, entre julho e outubro de 1999, os Estados Unidos enviaram especialistas e contribuíram com US\$ 300.000 (através do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Libéria) para destruir quase 19.000 armas de pequeno porte e armamentos leves e mais de três milhões de peças de munição.

À medida que cresceu o engajamento norte-americano nos esforços globais de armas de pequeno porte no final dos anos 1990, o interesse em medidas concretas para reduzir seus efeitos danosos voltou-se para a questão da eliminação da recirculação e de estoques excedentes em áreas preocupantes. Em uma reunião de cúpula em 15 de outubro de 1999, os Estados Unidos e a Noruega concordaram em criar um Grupo de Trabalho Conjunto para assistir países em risco na destruição do excesso de armas de pequeno porte e armamentos leves. Pouco depois, em 18 de novembro de 1999, o Pacto para a Estabilidade do Sudeste Europeu endossou uma declaração de dez Estados regionais para destruir armas apreendidas e em excesso. Para apoiar esse compromisso, os Estados Unidos e a Noruega ofereceram-se para enviar equipes de avaliação técnica a países membros, para assistir nos esforços de destruição. Em maio de 2000, especialistas norte-americanos e noruegueses visitaram a Albânia na sua primeira visita de avaliação realizada desde o início dos seus esforços conjuntos.

PROJETO-PILOTO: ALBÂNIA

A Albânia oferece excelente estudo isolado dos problemas causados por estoques de armas excessivos e

mal gerenciados em um ambiente político instável. Durante a crise política de março de 1997, causada por severa instabilidade econômica e pelo colapso governamental, mais de 500.000 armas de pequeno porte e armamentos leves, bem como várias toneladas de munição, foram pilhadas dos arsenais governamentais em todo o país. A proliferação de armas militares de pequeno porte na Albânia levou à elevação da criminalidade violenta e a drásticos aumentos do contrabando de armas para países vizinhos, como a Macedônia e a Iugoslávia. Algumas estimativas indicam que mais de 50% das armas albanesas roubadas acabaram por fim no Kosovo; em qualquer dos casos, o súbito fluxo de entrada de armas para os separatistas étnicos albaneses ajudou a inflamar o conflito armado naquela região; um conflito que gerou intervenção direta dos Estados Unidos e da OTAN.

A partir de maio de 1988, o governo albanês sustentou esforços para recolher os armamentos que circulavam entre a população civil, tanto através de nova legislação como de medidas aprimoradas de execução legal. Esses esforços foram reforçados em 1999 pelo início de um Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) "Armas em Troca de Desenvolvimento" (originalmente destinado ao distrito albanês de Gramsh, posteriormente estendido para Elbasan e Dirba). Com base no programa UNDP, quantidades limitadas de armas recolhidas foram destruídas, embora o foco do programa permanecesse no recolhimento de armas ilegais. Os esforços sérios de eliminação de estoques recolhidos e excedentes de armas albanesas tiveram início em sete de setembro de 2000, quando o secretário assistente de Estado dos Estados Unidos Eric Newsom, acompanhado de representantes das Embaixadas da Noruega e da Alemanha na Albânia, assinou um memorandum com o ministro albanês da Defesa, Ilir Gjoni. Segundo o memorandum, mais de 130.000 armas recolhidas entre a população civil desde a crise de 1997 seriam diligentemente destruídas, juntamente com o excesso de estoques militares. O projeto albanês foi elogiado no Pacto de Estabilidade e na Organização para a Segurança e Cooperação da Europa, como importante medida de estabelecimento de segurança e confiança para a região dos Bálcãs. Desde maio de 2001, mais de 50.000 armas de pequeno porte e armamentos leves foram eliminados na Albânia, com assistência norte-americana, alemã e norueguesa, e o projeto prosseguiu com sucesso.

EXPANSÃO DOS ESFORÇOS

A iniciativa albanesa estimulou o interesse na região dos Balcãs e internacionalmente pela importância da redução dos estoques de armas excedentes. Uma equipe dos Estados Unidos e da Noruega conduziu visita conjunta bem sucedida de avaliação à Macedônia e Bulgária em outubro de 2000. Também cresceu o compromisso dos Estados Unidos, com a liberação de US\$ 2 milhões em fundos destinados pela primeira vez pelo orçamento de operações estrangeiras do Ano Fiscal 2001 para a destruição global de armas de pequeno porte. As organizações regionais e internacionais que cuidam do problema da proliferação de armas de pequeno porte e armamentos leves começaram a reconhecer a importância do gerenciamento de estoques e destruição do excesso de armas de pequeno porte e armamentos leves. O histórico Documento OSCE sobre Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves, adotado por 55 países em 24 de novembro de 2000, contém uma seção inteira sobre gerenciamento de estoques e destruição de armas. Os Estados Unidos e a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África assinaram uma declaração conjunta sobre medidas referentes a armas de pequeno porte e armamentos leves, em dezembro de 2000, que inclui compromissos de destruição de armas ilícitas e excedentes.

Em abril de 2001, a Parceria para a Paz da OTAN (PFP) estendeu seu fundo fiduciário para a destruição de minas terrestres de combate a soldados para incluir armas de pequeno porte e armamentos leves,

incentivando os países da PFP a comprometer-se com a destruição de excedentes e os países membros da OTAN a apoiar financeiramente esses esforços. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos, programada para julho de 2001, incluirá compromissos com a destruição de armas de pequeno porte e armamentos leves em seu Programa de Ação.

Os Estados Unidos continuam a expandir seu programa de destruição de armas de pequeno porte. Projetos estão atualmente sob discussão nos Balcãs, América Latina, África, Ásia Central e Sudeste Asiático. Além de uma parceria contínua com a Noruega e a Alemanha na Albânia, os Estados Unidos buscam empreendimentos conjuntos com outros países e organizações doadoras interessadas. O apoio norte-americano para a destruição de armas de pequeno porte e armamentos leves ilícitos e em excesso destina-se a promover a segurança regional, a paz e a reconciliação em regiões de conflito. A proliferação sem verificação dessas armas ameaça os cidadãos, os mantenedores da paz e as autoridades executoras legais, dificultando o trabalho de reconstrução de regiões e sociedades devastadas pela guerra. Como essa destruição apresenta custos relativamente baixos (geralmente entre US\$ 1 a 5 por arma destruída) e pode geralmente ser conduzida utilizando-se infra-estrutura e pessoal disponível localmente (diversos métodos de baixo custo são viáveis), o programa oferece grandes dividendos na redução de ameaças por módico investimento inicial. ●

RASTREAMENTO DE ARMAS ILEGAIS DE PEQUENO PORTE: O PROGRAMA ATF

Jacqueline K. Holmes, Gerente de Programas, Divisão de Programas de Armas de Fogo, Escritório de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos



O Escritório do Álcool, Tabaco e Armas de Fogo (ATF) desenvolveu seu Programa Internacional de Tráfico de Armas para combater a movimentação ilegal de armas de fogo de origem norte-americana no tráfico internacional e reduzir o número de armas que são traficadas ilegalmente em todo o mundo a partir dos Estados Unidos, afirma Jacqueline K. Holmes, gerente de programas, Divisão de Programas de Armas de Fogo. "Essas armas de fogo são muitas vezes utilizadas para cometer atos de terrorismo internacional, subverter restrições impostas por outras nações sobre seus residentes e ampliar o crime organizado e as atividades relacionadas com narcóticos".

À medida que aumenta o tráfico ilegal de armas de pequeno porte, tanto nacional como internacionalmente, países de todo o mundo estão utilizando os serviços de um programa governamental norte-americano, único da sua espécie, para rastrear o histórico de armas criminosas de origem norte-americana recuperadas.

O Centro Nacional de Rastreamento (NTC) é parte do Escritório de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo (ATF), que tem como uma de suas missões a responsabilidade de fornecer informações sobre execução da lei a respeito de armas de fogo utilizadas em atividades criminosas. O ATF desenvolveu seu Programa Internacional de Tráfico de Armas, para combater a movimentação de armas de fogo de origem norte-americana no tráfico internacional e reduzir o número de armamentos que são traficados ilegalmente em todo o mundo a partir dos Estados Unidos. Essas armas de fogo são muitas vezes utilizadas para cometer atos de terrorismo internacional, subverter as restrições impostas por outras nações sobre seus residentes e ampliar o crime organizado e as atividades relacionadas com narcóticos. O NTC fornece uma primeira etapa importante ao manipular informações sobre o rastreamento de armas, que podem resultar na condução de investigações. Através das suas autoridades reguladoras e de execução da lei oriundas da Lei de Controle de Armas, o ATF busca neutralizar a movimentação ilícita de armas de fogo e negar seu acesso a negociantes internacionais de narcóticos, terroristas e criminosos.

O Centro Nacional de Rastreamento do ATF rastreia o histórico de armas criminosas recuperadas para agências executoras federais, estaduais, locais e internacionais. A aplicação desse histórico de rastreamento é indispensável para execução da lei ao pesquisar a conexão ou movimentação de armas de fogo de origem norte-americana. O NTC armazena informações referentes a múltiplas vendas de armas de fogo e armas de fogo com números de série parciais ou obliterados; e é o único depósito de todos os registros de licenciados federais de armas de fogo que suspenderam suas atividades. As agências estrangeiras, da mesma forma que seus parceiros norte-americanos de execução da lei, utilizam essas informações para determinar violações criminosas, reconhecer padrões e tendências, comprovar propriedade e identificar áreas de origem.

Durante 2000 e até o momento em 2001, o Centro Nacional de Rastreamento processou mais de 200.000 solicitações de rastreamento de armas de fogo, que incluem mais de 19.000 de países estrangeiros. Dentre as solicitações em que foi determinada a origem norte-americana, cerca de 8.000 foram rastreadas com sucesso até o nível de varejo. Os principais solicitantes internacionais foram a Colômbia, México, Canadá, Alemanha, Jamaica, Japão e Brasil.

O processo de rastreamento de armas de fogo inicia-se no recebimento de um formulário de solicitação de rastreamento. As solicitações internacionais de

rastreamento são atualmente recebidas diretamente das agências executoras legais estrangeiras por telefone, fax ou através de transmissão eletrônica dos escritórios de Representantes Nacionais do ATF, atualmente localizados na Colômbia, México e Canadá. As informações sobre armas de fogo são analisadas para verificação da sua precisão técnica e codificadas para ingresso dos dados no banco de dados do Sistema de Rastreamento de Armas de Fogo. Com base nas informações específicas recebidas do fabricante de armas de fogo, o atacadista e o varejista são então contatados para determinar a identidade do comprador individual da arma de fogo. Essas informações são remetidas ao solicitante do rastreamento, na forma de um Resumo de Rastreamento de Armas de Fogo. Uma solicitação de rastreamento de rotina é normalmente processada em 11 dias, enquanto as solicitações de rastreamento urgente (referentes a crimes que envolvem assassinatos, seqüestros, atos terroristas, etc., ou apreensão ou prisão de um suspeito) são completadas em 24 horas.

A abordagem do NTC é igualmente proativa quando uma arma de fogo é recuperada em um país estrangeiro e rastreada até um cidadão norte-americano. É enviada uma orientação à divisão de campo apropriada do ATF como possível condução investigativa para assistência adicional à agência estrangeira de execução da lei solicitante.

O NTC desenvolveu diversos programas destinados a fornecer assistência proativa ao investigador, com respeito ao rastreamento de armas de fogo. Uma categoria de arma de fogo em que se concentrou o NTC, por exemplo, é a "arma suspeita", que ainda não foi recuperada por agentes da lei mas que se acredita haver sido traficada ou envolvida em atividades criminosas. As condições que podem fazer com que armas de fogo tornem-se suspeitas incluem conexões com um Licenciado Federal de Armas de Fogo (FFL) ou assaltos interestaduais, compra de grandes quantidades de armas de fogo por um único indivíduo ou negociantes com registros mantidos inadequadamente. O NTC digita informações sobre armas de fogo no banco de dados de "Armas Suspeitas" por solicitação de um escritório do ATF. Essas armas não são rastreadas, mas sim comparadas com todas as solicitações de rastreamento iniciadas pelo NTC para

verificação de possíveis coincidências.

É de interesse específico o Access 2000, conexão computadorizada entre o NTC e os fabricantes e atacadistas de armas de fogo. A conexão permite acesso instantâneo do NTC aos registros computadorizados, a fim de completar os rastreamentos de forma mais eficiente. O ATF prossegue com essa parceria de trabalho com a indústria de armas de fogo, para possibilitar o rastreamento de armas criminosas através da utilização de um sistema automatizado padronizado. O acesso instantâneo permite aos funcionários do NTC verificar a disponibilidade de um número de série específico, de forma a acelerar o processo de rastreamento e reduzir o tempo gasto com o rastreamento para a indústria. Naturalmente, o acesso 24 horas permite que os funcionários do NTC verifiquem o histórico de armas de fogo conforme o necessário para solicitações de rastreamento urgente.

O Setor de Análise de Armas de Fogo (CGAB) do Centro Nacional de Rastreamento trabalha em conjunto com o Setor de Rastreamento, analisando os dados de armas criminosas rastreadas, vendas múltiplas e roubos de armas de fogo. A análise das armas de fogo identifica os padrões de armas criminosas que podem não ser aparentes através das informações em um único rastreamento. A colaboração com respeito ao compartilhamento de informações sobre o rastreamento internacional de armas de fogo ajudará a identificar as tendências e padrões do tráfico de armas de fogo (particularmente, os padrões internacionais), o que pode auxiliar as agências de execução da lei a estabelecer ações de execução da lei para ajudar a reduzir o tráfico internacional de armas de fogo e o crime com armas violentas.

O CGAB fornece apoio às agências de execução da lei, ao conduzir análises de armas de fogo recuperadas e submetidas em um local geográfico específico, a fim de identificar aquelas mais comumente recuperadas, os crimes associados às armas de fogo, informações sobre donos, locais de fontes, (Estados ou comerciantes individuais onde a arma de fogo foi vendida) e determinar o "tempo para o crime" (o período entre a venda da arma de fogo a um indivíduo e o momento em que foi recuperada por meios legais). Essas análises identificam as fontes dos problemas com armas criminosas e fornecem pistas investigativas sobre

indivíduos que podem estar envolvidos no tráfico internacional de armas de fogo. Os tipos ilustrados de análises detalhadas de armas criminosas dependem do rastreamento abrangente das armas de fogo recuperadas e são mais eficazes quando são fornecidas informações sobre as armas de fogo, quem estava de posse delas e sua recuperação. O ATF forneceu a muitas agências apoio analítico que provou ser eficaz ao colocar traficantes internacionais de armas de fogo atrás das grades, de forma a ajudar a reduzir o crime e a violência com armas.

Através do seu Setor de Programas Internacionais, o ATF também educa as autoridades de execução da lei e outras em países estrangeiros sobre suas capacidades de investigação e rastreamento de armas de fogo e participa de grupos de trabalho multinacionais para obstruir o fluxo de tráfico internacional dessas armas.

O Escritório também abriga um curso de Restauração de Números de Série Internacionais de Armas de Fogo. Os participantes recebem um conjunto de restauração

de números de série e aprendem os princípios básicos da restauração. Outra atividade é a instrução em sala de aula para especialistas jurídicos internacionais, ministrada por funcionários do Laboratório de Ciências Jurídicas do ATF. Esse programa de instrução inclui um curso de rastreamento de armas criminosas com números de série obliterados.

O compromisso do ATF com o apoio à execução da lei continua a expandir-se e tornou-se esforço global. O ATF reconhece que sua jurisdição é limitada em muitos desses casos; entretanto, a ampliação da execução da lei estrangeira é uma empreitada contínua do ATF. A capacidade de rastrear armas de fogo para execução da lei estrangeira pelo ATF é somente mais um meio pelo qual o ATF pode trabalhar com a comunidade internacional de execução da lei. Nessa capacidade, o ATF ajuda seus parceiros estrangeiros a desenvolverem investigações para auxiliar a combater a movimentação ilegal de armas de fogo no tráfico internacional e evitar que armas de fogo traficadas ilicitamente sejam utilizadas em atos criminosos de violência. ●

RESTRIÇÃO AO COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: CAMINHO PRÁTICO

*Michael T. Klare,
Professor de Estudos da Paz e Segurança Mundial, Faculdade de Hampshire*



"O comércio sem controles de armas de pequeno porte e armamentos leves é um problema significativo e crescente, ao qual os elaboradores políticos estão dedicando atenção sem precedentes este ano", afirma Michael T. Klare, professor de Estudos da Paz e Segurança Mundial da Faculdade de Hampshire. Klare acredita que os delegados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos deste ano carregam a grande responsabilidade de "estabelecer as bases para um novo regime internacional destinado a coibir o fluxo de armas para áreas de conflito e evitar sua reutilização após o final das guerras. Essas medidas (embora sejam apenas parte de um esforço maior para reduzir o nível da violência global e do derramamento de sangue) podem resultar em contribuição significativa para a paz e estabilidade mundial."

O comércio sem controle de armas de pequeno porte e armamentos leves é um problema crescente e significativo ao qual os elaboradores políticos internacionais estão dedicando atenção sem precedentes este ano. À primeira vista, o comércio ilícito de armas de pequeno porte poderá parecer relativamente insignificante em comparação com perigos tais como a proliferação de armas químicas e nucleares, que é, naturalmente, razão importante de preocupação internacional. Mas a difusão e o mau uso de armas de pequeno porte e armamentos leves é também um problema expressivo e que merece verdadeiramente o alto grau de atenção que receberá na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos, a ser realizada entre os dias nove e 20 de julho em Nova York. Para entender plenamente porque isso ocorre, é primeiramente necessário considerar algumas das mudanças que ocorreram na natureza dos conflitos armados desde o final da Guerra Fria.

Na maior parte do século XX, a prática bélica tipicamente exigia uma série de encontros armados entre as forças militares organizadas de Estados estabelecidos, normalmente com fins de conquista territorial ou outros objetivos estratégicos claramente definidos. Os beligerantes de ambos os lados empregavam todo o peso de suas respectivas forças até que um deles reconhecesse a derrota. Mas os conflitos

da era atual apresentam poucas semelhanças com esse modelo: a maior parte tem lugar nas fronteiras de um dado Estado e a maioria exige ataques por forças irregulares ou paramilitares sobre civis desarmados para fins de pilhagem, intimidação e/ou massacre étnico. Os conflitos muitas vezes persistem por longo período de tempo e raramente incluem uma batalha final decisiva entre as diversas partes.

Os desafios distintos impostos pela natureza em mutação dos conflitos armados foram primeiramente abordados em 1995 por Boutros Boutros-Ghali, então secretário-geral das Nações Unidas. "Gostaria de concentrar-me no que poderá ser chamado de 'microdesarmamento'", disse ele ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desta forma, ele explicou: "Refiro-me ao desarmamento prático no contexto dos conflitos com que as Nações Unidas estão realmente lidando e dos armamentos, a maioria dos quais armamentos leves, que estão realmente matando centenas de milhares de pessoas". Os esforços para coibir a difusão de armas químicas e nucleares, insistiu ele, "necessitam ser seguidos por progressos paralelos em relação às armas convencionais, particularmente com respeito a armamentos leves".

Esses comentários foram desde então ampliados e elaborados por muitas outras figuras proeminentes, que incluem altas autoridades norte-americanas. Mas, nessas

poucas palavras, Boutros-Ghali salientou a principal causa de preocupação internacional sobre a difusão sem controles das armas de pequeno porte: o fato de que esses armamentos estão "realmente matando centenas de milhares de pessoas" nas guerras com que as Nações Unidas (e muitos Estados individuais) estão "realmente lidando".

As guerras a que Boutros-Ghali se refere são quase todas conflitos internos; predominantemente, disputas étnicas ou batalhas políticas sobre o controle do Estado ou da composição étnica em regiões ou territórios específicos. Dois aspectos desses conflitos merecem menção específica: em primeiro lugar, a maior parte das vítimas é de civis (muitos dos quais mulheres, crianças ou os mais velhos) e, em segundo lugar, a maior parte das mortes e ferimentos foi produzida por armas de pequeno porte e armamentos leves.

Esses dois fenômenos são expressões naturais da natureza mutante dos conflitos violentos. Embora todas as guerras recentes tenham história e trajetória distinta, todas exibem algumas características em comum. Em quase todos os casos, demagogos ambiciosos e inescrupulosos buscaram ganhar ou reter o poder através da criação de exércitos sectários compostos de seus partidários étnicos ou religiosos. Uma vez estabelecidos, esses grupos são tipicamente empregados para silenciar as forças de oposição, intimidar a população local ou eliminar membros de outros grupos étnicos. Mais freqüentemente, também são utilizados para gerar rendimentos e outros benefícios para os demagogos e seus leais seguidores.

Dada a natureza desses conflitos, não é surpreendente que os ataques sobre civis desarmados sejam ocorrências rotineiras. Embora aparentemente aleatória e sem sentido para os observadores externos, a violência desse tipo quase sempre possui um propósito: o de exigir tributo da população, obter novos recrutas militares (muitas vezes jovens e adolescentes que são atraídos ou coagidos ao combate), destruir a fé das pessoas na capacidade do governo estabelecido ou de uma milícia armada rival em protegê-los, afastar membros de grupos étnicos específicos de suas terras ancestrais ou exigir vingança por atos anteriores de resistência. Seja qual for o caso, são os inocentes e indefesos os que mais sofrem com esses ataques.

O mesmo conjunto de condições que gera ataques freqüentes sobre civis também leva à propagação do uso de armas de pequeno porte e armamentos leves. A maior parte dos combatentes nesses conflitos é composta de soldados não-profissionais com pouco ou nenhum treinamento militar e que, por isso, necessitam contar com sistemas de combate simples e de fácil utilização, como o onipresente rifle de assalto AK-47 e suas diversas cópias e modificações. Na maior parte dos casos, entretanto, as forças envolvidas não possuem os fundos necessários para a aquisição de grandes sistemas de armas, que são consideravelmente mais caros que as armas de pequeno porte (um AK-47 de segunda mão, por exemplo, pode ser adquirido por até US\$ 100 em muitas regiões, enquanto o tanque mais barato de segunda mão sai por US\$ 100 mil ou mais). As armas de pequeno porte e os armamentos leves podem também ser transportados de batalha para batalha por um soldado individual; uma vantagem distinta para forças que operam em regiões remotas e subdesenvolvidas com poucas estradas ou até nenhuma.

A natureza dos combatentes nesses conflitos também produz a dependência de fontes ilícitas de artilharia. Em quase todos os casos, uma ou mais das partes beligerantes é uma milícia ou grupo insurgente que é excluído por lei do acesso ao mercado legalizado de armas. Mesmo algumas das forças governamentais envolvidas podem ser dependentes de fontes do mercado negro porque o regime em questão foi submetido a um embargo internacional de armas pelo não cumprimento das obrigações dos acordos de direitos humanos ou resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Seja qual for o caso, as partes desses conflitos necessitam voltar-se aos negociantes do mercado negro para acesso a fornecimentos novos de armas e munições.

Esses fatores resultaram em ímpeto considerável para o desenvolvimento de um comércio robusto e global de armamentos no mercado negro. Tipicamente, as armas envolvidas nesse comércio são obtidas através de roubo ou subterfúgio dos grandes estoques de equipamentos militares remanescentes do período da Guerra Fria, muitos dos quais ainda se encontram em condições totalmente operacionais. Essas armas são então transportadas de navio ou avião através de rotas tortuosas para áreas de conflito em todo o mundo.

Embora seja impossível atribuir valor preciso em dólares à magnitude desse comércio, estimativas de US\$ 2 a 3 bilhões por ano não são consideradas excessivas.

Para compensar todos esses armamentos do mercado negro, os beligerantes envolvidos muitas vezes se dedicam a atividades econômicas ilícitas de uma ou outra espécie (seqüestros, extorsão, tráfico de drogas, prostituição, contrabando de diamantes e marfim, extração ilegal de madeira, etc.). Esses esforços muitas vezes aumentam o trauma da guerra, ao imporem danos e custos maiores a civis inocentes, sabotando atividades econômicas legítimas e, em alguns casos, contribuindo com a degradação ambiental. Para piorar as coisas, as pessoas que se dedicam a essas atividades ilícitas muitas vezes adquirem considerável patrimônio pessoal e, portanto, não possuem nenhuma razão para pôr fim à luta. Esta é, de fato, uma das principais razões para o fracasso das operações de manutenção da paz das Nações Unidas em países como Angola, Congo e Serra Leoa.

Claramente, os esforços para encerrar esses e outros conflitos existentes (e evitar que outras guerras desse tipo surjam no futuro) exigirão forte e ilimitado apoio da comunidade internacional. Uma série completa de iniciativas será necessária para atender à dinâmica dos conflitos armados e suas muitas conseqüências destrutivas. As diversas partes dessas disputas necessitarão ser persuadidas a resolverem suas diferenças através de negociações pacíficas, as facções em guerra necessitarão ser desarmadas e desmobilizadas e os sobreviventes de guerra necessitarão receber os recursos necessários para reconstruir suas vidas destruídas. Além disso, para evitar o reaquecimento do combate, os ex-combatentes necessitarão ser assistidos para fazer a transição da vida militar para a vida civil.

A restrição ao comércio ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves é somente uma parte desse esforço maior. A experiência sugere, entretanto, que essa é uma parte muito crucial. Isso ocorre porque as armas são o ingrediente fundamental que pode fazer uma disputa étnica silenciosa tornar-se uma guerra em escala total, ou que permite que um comandante militar brutal domine uma região específica por anos ou até décadas seguidas. Além disso, ao terminar uma guerra, a disponibilidade disseminada de armas

excedentes pode fazer com que uma paz frágil torne-se uma condição de ilegalidade e criminalidade persistentes.

Também é atrativo concentrar-se no comércio ilícito de armas de pequeno porte porque a restrição desse fluxo é algo que a comunidade internacional pode fazer de maneira prática e oportuna. As outras etapas (persuasão de beligerantes antigos a sentarem-se à mesa de negociações, reconstrução de economias destruídas pela guerra, integração de ex-combatentes à sociedade civil, etc.) são processos longos e complicados, que necessitam ser especialmente moldados para cada situação específica. Mas a adoção de normas comuns de exportação e importação de armas, eliminando as lacunas das regulamentações de armas existentes é algo que pode ser buscado internacionalmente e produz efeito mundial imediato.

O estabelecimento de novos controles internacionais sobre o tráfico de armas de pequeno porte não bloqueará totalmente o fluxo de armas para regiões de conflito, nem dará fim a todas as guerras. Sempre haverá alguns traficantes que buscarão transgredir os controles governamentais em busca de rendimentos fabulosos. Mas um sistema eficaz de controles poderá resultar em redução significativa do fluxo de armas, tornando mais atrativo para as partes em guerra entrar em acordo de cessar-fogo e iniciar as negociações de paz. De forma similar, os esforços para recolher e destruir armas excedentes após a conclusão vitoriosa da paz reduzirá os riscos e uma nova rodada de luta ou a retransferência de armas a beligerantes em outros conflitos.

Muitas das medidas específicas que poderão ser incorporadas a um regime de controle internacional desse tipo já foram englobadas e implementadas em níveis locais e regionais. Estas incluem: disposições para marcação de armamentos e adoção de sistemas uniformes de documentação de exportação e importação (fornecidos pela Convenção Interamericana Contra a Fabricação Ilícita e o Tráfico de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Relacionados); intensa cooperação entre as autoridades policiais e alfandegárias de países afetados para suprimir as atividades de contrabando de armas através de fronteiras (elaboradas pela Organização de Cooperação

entre Chefes de Polícia Regionais do Sul da África); e o fornecimento de treinamento e assistência técnica sobre técnicas investigativas modernas pelas nações desenvolvidas do Norte para os países em desenvolvimento do Sul (convocado pelo Programa da União Européia para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Armas Convencionais).

Todas essas estratégias e várias outras serão consideradas pelos delegados na conferência de julho de 2001 em Nova York. No momento, ainda é muito cedo para prever quais dessas medidas conquistarão o apoio dos delegados reunidos, mas é provável que algumas delas sejam incorporadas ao "Programa de Ação" que se espera seja adotado no final da conferência. A conferência também estabelecerá o palco para ações adicionais nessa área, tais como esforços mais fortes em nível regional e sub-regional.

Os delegados da Conferência sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos carregam uma grande responsabilidade: a de estabelecer as bases para um novo regime internacional destinado a coibir o fluxo de armas para áreas de conflito e evitar sua reutilização após o final das guerras. Essas medidas (embora sejam apenas parte de um esforço maior para reduzir o nível de violência e derramamento de sangue global) podem fazer contribuição significativa para a paz e estabilidade mundial ●

As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

A DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA NÃO NECESSITA SILENCIAR-SE SOBRE ARMAS DE PEQUENO PORTE

*Rachel Stohl, Analista Sênior, Centro de Informações de Defesa,
e Presidente, Grupo de Trabalho Norte-Americano sobre Armas de Pequeno Porte (SAWG)*



"A difusão e o mau uso das armas de pequeno porte causam, prolongam e exacerbam as crises humanitárias em todo o mundo. Nos últimos anos, emergiu crescente consenso internacional de que necessitam ser tomadas medidas para evitar uma avalanche mundial de armas de pequeno porte", afirma Rachel Stohl, analista sênior do Centro de Informações de Defesa e presidente do Grupo de Trabalho Norte-Americano sobre Armas de Pequeno Porte. Ela incentiva o governo a "tentar 'multilateralizar' as melhores práticas e desenvolver normas e padrões para combater a proliferação e o mau uso das armas de pequeno porte".

As armas de pequeno porte são uma classe de armamentos responsável pela maior parte das ocorrências atuais de conflito e, estima-se, por 500 mil mortes e milhares de outros ferimentos anualmente. A difusão e o mau uso das armas de pequeno porte causam, prolongam e exacerbam as crises humanitárias em todo o mundo. Nos últimos anos, emergiu crescente consenso internacional de que necessitam ser tomadas medidas para evitar uma avalanche mundial de armas de pequeno porte. Esses armamentos são muitas vezes comercializados de forma ilegal através dos mesmos canais obscuros utilizados pelos cartéis da droga, terroristas e crime organizado. Os governos internacionais reconheceram a importância de refrear esse comércio.

Uma conferência das Nações Unidas sobre a questão das armas de pequeno porte em julho de 2001, destinada a concentrar-se na coordenação das ações internacionais para lidar com o comércio ilícito de armas de pequeno porte e armamentos leves, tornou-se o primeiro esforço internacional sobre aquilo que foi até agora, em grande parte, missão com bases nacionais e regionais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos enfatiza o esforço para refrear o comércio internacional de armas de pequeno porte e talvez reduzir a escalada do número de mortos por ele causados.

As organizações não-governamentais (ONGs) estão cada vez mais frustradas à medida que os governos perdem de vista seu objetivo intrínseco: o de eliminar o sofrimento humano causado pelo comércio ilícito de armas de pequeno porte. A questão das armas de pequeno porte, na conferência das Nações Unidas e além dela, exige liderança e ações nacionais, regionais e internacionais coordenadas para eliminar o impacto devastador dos armamentos, que incluem a cooperação e a coordenação entre os governos e as ONGs. Os governos devem tentar "multilateralizar" as melhores práticas e desenvolver normas e padrões para combater a proliferação e o mau uso das armas de pequeno porte.

A liderança norte-americana sobre questões de armas de pequeno porte é agora mais vital do que nunca. Na esfera política norte-americana, entretanto, o tráfico de armas de pequeno porte não tem tido alta prioridade. Muitas vezes, os elaboradores políticos detestam envolver-se na questão da proliferação de armas de pequeno porte por considerá-la uma tentativa de introdução de controle de armas domésticas, ou por acharem que a questão é por demais controversa. Outros acreditam que existem outras questões mais importantes para serem tratadas.

A preocupação das ONGs e ativistas é que o silêncio sobre a proliferação ilícita de armas de pequeno porte poderá significar que a questão receba pouca ou nenhuma atenção das principais autoridades políticas

em futuro próximo e não receberá posição mais alta na agenda política. A inércia norte-americana sobre o tráfico de armas de pequeno porte seria um erro trágico, não apenas para os milhões de pessoas afetadas pelas armas de pequeno porte em todo o mundo, mas também para a credibilidade e posição dos Estados Unidos entre seus aliados, que seria prejudicada por não tentar inibir esse flagelo. As armas de pequeno porte tornaram-se ameaça genuína aos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, pois sua proliferação perpetua os conflitos violentos e cria novos ciclos de violência e crime. Além disso, a proliferação descontrolada de armas de pequeno porte coloca em risco as tropas e os mantenedores da paz dos Estados Unidos quando armamentos em excesso desestabilizam regiões de conflito, ou quando os esconderijos de armas não são removidos de situações pós-conflito. As armas de pequeno porte também reduzem as oportunidades comerciais dos Estados Unidos e elevam custos, reduzindo a capacidade de organizações humanitárias e assistenciais conduzirem seus esforços e enfraquecendo as possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Para combater os perigos da proliferação de armas de pequeno porte, é necessário desenvolver políticas sobre vendas legais, em conjunto com a cooperação internacional para reduzir o tráfico ilícito. Um aspecto não pode ser tratado sem o outro, pois a fronteira entre o comércio legal e o ilícito é muitas vezes incerta ou deliberadamente turva. Muitos armamentos ilegais em circulação foram, em algum momento, legalmente transferidos por governos ou com aprovação governamental. O crescente uso e dependência de traficantes privados internacionais também desnorteia a questão (em alguns casos, estas são vendas legais e, em outros, não são). As vendas governamentais legais em seu próprio direito garantem a atenção internacional, por poderem também gerar abusos de direitos humanos, contribuir para o prolongamento de conflitos ou ser utilizadas para propósitos indesejados.

As opções políticas sobre armas de pequeno porte são abundantes e podem ser implementadas a custo relativamente baixo, atingindo resultados grandes e tangíveis. O governo Clinton apresentou diversas medidas para controlar a proliferação de armas de pequeno porte que não foram implementadas. Várias delas deverão ser adotadas pelo governo Bush para

demonstrar o forte compromisso norte-americano com a questão das armas de pequeno porte.

Primeiramente, os Estados Unidos deverão liderar a moratória de vendas de armas para todas as regiões em conflito (especialmente conflitos contínuos) e trabalhar com outros Estados para a adoção de moratória similar. Em muitos países e regiões, existem em circulação armas de pequeno porte suficientes para armar os piores conflitos do mundo por várias vezes. Novos estoques não necessitam entrar na cadeia de fornecimento.

Em segundo lugar, um critério descrito no Código de Conduta da União Européia e no Documento sobre Armas de Pequeno Porte da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa deverá ser rigorosamente aplicado às exportações internacionais de armas de pequeno porte. Os critérios, tanto da União Européia como da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, enfatizam a obrigação do Estado exportador de evitar vendas de armas que contribuam para as violações dos direitos humanos e outros atos de repressão, exacerbem tensões regionais, provoquem ou prolonguem conflitos, apresentem alto risco de desvio para o mercado ilícito ou ameacem de outra forma a paz e a segurança internacional. Essa política está alinhada com uma promessa anterior do Departamento de Estado, de honrar critérios rigorosos ao licenciar exportações de armas de pequeno porte. Além disso, as autoridades do governo deverão promover o Código de Conduta Internacional outorgado pelo Congresso para assegurar que outros países respeitem critérios rigorosos de exportação. Os governos têm a obrigação de assegurar que os armamentos não sejam utilizados para violar direitos e cometer abusos.

Em terceiro lugar, os Estados Unidos, bem como outras nações exportadoras, deverão servir de exemplo ao adotar uma política de restrição às exportações projetada para evitar desvios e acúmulos perigosos de armamentos, com base na política norte-americana existente de "auditar e, se necessário, suspender" as exportações para um Estado, caso os pedidos de licença de exportação de armas "excedam as necessidades domésticas normais e razoáveis de um dado país importador ou exibam outras anormalidades". Não deverão ser introduzidas armas de pequeno porte em

excesso em áreas vulneráveis ou disponibilizadas para o mercado aberto. Os países em desenvolvimento deverão ser incentivados a despendar seus escassos recursos no fortalecimento da sua infra-estrutura, e não na expansão do seu poderio militar. Muito embora artigos de defesa excedentes sejam freqüentemente fornecidos a custo reduzido, muitos países seriam melhor servidos com apoio institucional.

Em quarto lugar, o Departamento de Estado deverá solicitar, e o Congresso deverá conceder, financiamento contínuo e crescente para programas de destruição de armas de pequeno porte e cooperação contínua sobre a destruição de armamentos e gerenciamento de estoques, a fim de ajudar a destruir excessos de armas que, de outra forma, cairiam em regiões de conflito. Estão atualmente sendo desenvolvidos programas no leste europeu e a cooperação é contínua com a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África. Atualmente, o Departamento de Estado recebe US\$ 2 milhões para esses programas. Não é suficiente. O Departamento de Estado deverá solicitar e receber fundos adicionais para esses programas e buscar expandi-los para outras regiões. O recolhimento e a destruição de armamentos excedentes facilita a reconstrução pós-conflito e reduz a probabilidade do retorno de um país à guerra. Ao final, os custos mínimos associados a esses programas são menores que os custos associados ao conflito e aos prolongados esforços de reconstrução pós-conflito que inevitavelmente se desenvolveriam a partir de acúmulos excessivos e desestabilizantes de armas de pequeno porte.

Em quinto lugar, o Departamento de Estado deverá desenvolver um mecanismo de compartilhamento de informações sobre os embargos de armas das Nações Unidas, seja nas Nações Unidas ou em fóruns regionais. Os Estados Unidos deverão também aprimorar a implementação e execução da lei de comércio de armas dos Estados Unidos (emenda de 1996 à Lei de Controle das Exportações de Armas) e incentivar outros países a promulgar restrições similares. No passado, os Estados Unidos criticaram a falta de adesão aos embargos de armas da ONU e recomendaram maior cooperação da comunidade internacional para executar seu cumprimento. O monitoramento e regulamentação do comércio de armas de pequeno porte e o processamento

de violadores de leis nacionais e internacionais de controle de armas tornaria a implementação de embargos de armas um desafio menor que o atual.

Em sexto lugar, o Departamento de Estado deverá defender a imediata ratificação pelo Senado da convenção da Organização dos Estados Americanos sobre o tráfico de armas de pequeno porte. Os Estados Unidos assinaram, em novembro de 1997, a Convenção Interamericana contra a Fabricação Ilícita e o Tráfico de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Similares, que se destina a aumentar os controles sobre as armas de pequeno porte e sua rastreabilidade à medida que se movem através de fronteiras. Como os Estados Unidos já implementaram a maior parte das medidas estabelecidas na convenção, a ratificação servirá de exemplo para o resto do hemisfério. Um regime eficaz de controle do tráfico ilícito de armas de pequeno porte poderá ser duplicado em outras regiões e levar a controle internacional significativo desse comércio ilegal.

Todas essas medidas levarão a progressos sobre a questão, mas o governo norte-americano não pode fazer sozinho o trabalho de combater a proliferação e o mau uso das armas de pequeno porte. Os Estados Unidos necessitam, portanto, pressionar para a criação de normas legalmente comprometedoras e a implementação de medidas para evitar que os armamentos terminem nas mãos de forças abusivas, sejam elas seus governos ou participantes não-estatais. O objetivo geral deve ser o de elevar os padrões internacionais sobre a exportação e utilização de armas de pequeno porte e armamentos leves.

Trabalhando no sistema das Nações Unidas ou em outros fóruns internacionais apropriados, o governo dos Estados Unidos deverá iniciar negociações sobre os três instrumentos com força de lei a seguir:

— Uma convenção estrutural sobre transferências internacionais de armas que estabeleça critérios normativos de exportação com base nas atuais obrigações dos Estados sob as leis internacionais.

— Um acordo internacional sobre comércio que crie leis e procedimentos internacionais que disciplinem as

atividades dos negociantes de armas e fortaleça as leis nacionais, para processar os traficantes que violem essas normas.

— Um acordo internacional sobre marcações e rastreamento que desenvolva sistemas para a marcação adequada e confiável de armas na fabricação e/ou importação e manutenção de registros sobre a produção, posse e transferência de armas.

Os Estados Unidos também deverão incentivar o estabelecimento de mecanismos de transparência específicos para armas de pequeno porte e uma norma proibindo a posse por civis de armas de pequeno porte de estilo militar.

Enquanto aguardam que os governos adotem ações substanciais, as ONGs e os ativistas se organizaram. Muitos são participantes da Rede Internacional de Ação sobre Armas de Pequeno Porte, uma rede de mais de 320 organizações e indivíduos em 70 países. Como a questão das armas de pequeno porte é muito diversificada, as ONGs representam ampla série de interesses e possuem inúmeras recomendações políticas. Mas todas as ONGs concordam que a proliferação de armas de pequeno porte necessita ser obstruída e o mau uso dos armamentos, reduzido.

As ONGs que lutam por ações globais para combater a maré de armas de pequeno porte compreendem que a ação é um compromisso paulatino e de longo prazo. As atividades individuais e unilaterais não suavizarão a totalidade do sofrimento humano causado pela proliferação das armas de pequeno porte; isso exigirá compromissos internacionais abrangentes de longo prazo. Mas, a curto prazo, as ações e liderança dos Estados Unidos sobre a questão das armas de pequeno

porte iniciarão o processo de prevenção dos danos causados por esses armamentos. As ONGs não estão solicitando aos Estados Unidos ou a outros governos o banimento de uma classe inteira de armas, mas sim sua transferência e utilização responsável, assegurando que todos os participantes (indivíduos, grupos armados e outros governos) façam o mesmo.

As ações imediatas e futuras deverão incluir uma parceria entre os governos e as ONGs, trabalhando em conjunto para reduzir os danos das armas de pequeno porte. Ouvir amplos segmentos da sociedade civil e dar voz às vítimas de abusos de direitos humanos assegurará uma política fundamentada e abrangente de armas de pequeno porte. Mas, ao final, são os governos que necessitam ser responsabilizados, para garantir que as armas de pequeno porte não continuem a ser utilizadas, nas palavras do secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, como "armas de destruição em massa".

Cuidar da proliferação e do mau uso das armas de pequeno porte não se refere ao controle global de armas, como reivindicam os críticos. Políticas sensíveis de armas de pequeno porte não se destinam a evitar a posse doméstica de armas de fogo e rifles de caça, como temem alguns grupos, mas a assegurar que as armas leves de alta potência atuais não sejam utilizadas para fins de terrorismo ou para cometer crimes. Os Estados Unidos estão dispostos a criar padrões e normas internacionais para suspender a difusão das armas de pequeno porte. Afinal, cuidar das armas de pequeno porte significa salvar vidas, pôr fim ao sofrimento humano e criar um futuro mais sustentável e pacífico. ●

As opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos.

*Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves:
Política e Opiniões dos Estados Unidos*
INFORMAÇÕES SOBRE ARTIGOS

Lumpe, Lora. A NEW APPROACH TO THE SMALL ARMS TRADE (Uma Nova Abordagem sobre o Comércio de Armas de Pequeno Porte) (*Arms Control Today*, vol. 31, nº 1, janeiro/fevereiro de 2001, págs. 11-17)

A conferência global sobre armas de pequeno porte e armamentos leves a ser realizada nas Nações Unidas em julho de 2001 lançará "o foco sobre a corrida armamentista que mantém conflitos sangrentos ao redor do mundo e fornecerá importante plataforma para que a sociedade civil... pressione os governos em busca de ações sérias", afirma a autora. Lumpe ressalta que as armas de fogo, lançadores de granadas, morteiros e outros armamentos leves de infantaria que circulam fora do controle do Estado legal apresentam impacto humanitário que "excede o das minas terrestres contra soldados". Ela recomenda ações corretivas dos governos nacionais, que incluem "o controle do comércio de armas, proibindo operações secretas de fornecimento de armas e limitando os excedentes de produção". A conferência provavelmente resultará em uma declaração política não obrigatória sem nenhum mecanismo de execução, afirma ela. Permanece a questão, segundo ela, se a conferência resultará em um esforço de relações públicas para ajudar a construir o consenso internacional necessário para estimular ações a curto prazo. Este artigo está atualmente disponível na Internet, no endereço <http://www.armscontrol.org/ACT/janfeb01/lumpejanfeb01.html>

Chalk, Peter. LIGHT ARMS TRADING IN SE ASIA (O Comércio de Armas de Pequeno Porte no Sudeste Asiático) (*Jane's Intelligence Review*, vol. 13, nº 3, 1º de março de 2001, págs. 42-45)

O comércio ilícito de armas de pequeno porte apresenta conseqüências significativas para a segurança e a estabilidade no Sudeste Asiático, afirma o autor. Ele descreve a forma como o comércio ilícito de armas frustra a consolidação de democracias ainda fracas, ao encorajar a corrupção oficial, prejudicando o desenvolvimento sócio-cultural em muitos Estados, ameaçando a evolução a longo prazo de instituições políticas maduras e apresentando impactos diretos sobre a administração e estabilidade fiscal. Ele afirma que há evidências sugerindo que o Camboja, Tailândia, Paquistão, China e Coréia do Norte desempenham papel na promoção do comércio

ilícito. Chalk conclui que diversas medidas "podem e devem ser tomadas" para refrear o comércio, incluindo a marcação de armamentos e munições, para promover a capacidade comercial dos fornecedores, conclusão de acordos multilaterais sobre a destruição de estoques de armamentos excessivos e a criação de um registro de armas de pequeno porte do Sudeste Asiático.

Boutwell, Jeffrey; Klare, Michael T. A SCOURGE OF SMALL ARMS (O Flagelo de Armas de Pequeno Porte) (*Scientific American*, vol. 282, nº 6, junho de 2000, págs. 48-53)

Os autores, co-diretores do Projeto de Armamentos Leves da Academia Norte-Americana de Artes e Ciências, examinam o crescente uso de armamentos leves e analisam seu impacto sobre as guerras regionais ao redor do mundo. As armas de pequeno porte são armamentos populares em todo o mundo por serem facilmente acessíveis, de custo relativamente baixo, mortais e de fácil utilização e transporte. Boutwell e Klare também sugerem estratégias para o controle eficaz de armamentos leves, que incluem acordos de controle global de armas, padrões mais rigorosos pelos fornecedores de armas, esforços internacionais de manutenção da paz e melhor rastreamento do comércio de armas. Este artigo está atualmente disponível na Internet no endereço: <http://www.sciam.com/2000/0600issue/0600boutwell.html>

Smith, Chris. THE 2001 CONFERENCE-BREAKING OUT OF THE ARMS CONTROL FRAMEWORK (A Conferência de 2001: Rompimento da Estrutura de Controle de Armas) (*Disarmament Forum*, nº 2, 2000, págs. 39-45)

A medida que se aproxima a Conferência das Nações Unidas sobre armas de pequeno porte de 2001, o autor acredita que terá lugar um dentre dois cenários. A conferência será um evento divisor de águas, em que organizações não-governamentais (ONGs), organizações internacionais e certos governos são persuadidos a adotar uma abordagem mais sistemática ao problema das armas de pequeno porte, ou poderá ser um fracasso com custos políticos altos. O artigo destaca muitas das dificuldades relacionadas com o problema de armas de pequeno porte. Uma dessas dificuldades é o importante confronto entre os

que desejam controlar ou banir armamentos leves e os que acreditam que os culpados são os usuários irresponsáveis, e não os armamentos. O autor destaca as características únicas da proliferação de armas de pequeno porte e como esse problema exige soluções diferentes das utilizadas no controle de armas convencionais. Chris Smith acredita que o entendimento total da escala desse problema, bem como o comprometimento de recursos pelas nações desenvolvidas para auxiliar as nações menos desenvolvidas sobre esse problema, serão um resultado vitorioso da conferência.

Laurance, Edward J. SMALL ARMS AND LIGHT WEAPONS AS A DEVELOPMENT AND DISARMAMENT ISSUE (Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves como Questão de Desenvolvimento e Desarmamento) (Relatório da Conferência do Centro Internacional de Bonn para a Conversão, extraído de "Converting Defense Resources to Human Development", págs. 1-14)

Laurance começa observando que, embora o mundo atual seja mais pacífico que no passado, os tipos de conflitos com que lidamos agora exigem altos preços. O uso de armas de pequeno porte aumentou nesses novos tipos de conflitos. O aumento é atribuído tanto à oferta como à demanda (os que estão se desarmando ou avançando para armamentos mais novos fornecem a oferta e os que acham as armas de pequeno porte fáceis de transportar e utilizar em diversas situações aumentam a demanda).

Infelizmente, essas armas geram mais lutas, por serem facilmente obtidas e utilizadas, o que permite que os conflitos ultrapassem as fases não-violentas, como a de mediação. As armas de pequeno porte possuem efeito devastador sobre os cidadãos que são feridos e mortos, bem como as vítimas dos males sócio-econômicos resultantes que freqüentemente se seguem aos conflitos armados. O autor segue ressaltando o que vem fazendo a

comunidade internacional (até 1997). Foram iniciadas ações para combater a distribuição e utilização de armas de pequeno porte. Essas ações são insuficientes, ainda que bem intencionadas. É necessário fazer mais, incluindo um tratado para estabelecer objetivos. A seriedade do problema das armas de pequeno porte não deve ser encarada de forma leviana. Este artigo está atualmente disponível na Internet, no endereço: <http://www.sciam.com/2000/0600issue/0600boutwell.html>

Fawthrop, Tom 900,000 SMALL ARMS PLAGUE CAMBODIA (Armas de Pequeno Porte Atormentam o Camboja) (*Jane's Intelligence Review*, vol. 13, nº 4, 1º de abril de 2001, pág. 6)

Autoridades cambojanas recolheram mais de 107 mil armas e destruíram mais de 40 mil em importante campanha governamental iniciada em 1998, afirma Fawthrop. Entretanto, as armas ilegais ainda são disponíveis no país, apesar da tomada de posição governamental, e armas ilegais ainda são vendidas no país a uma série de grupos de todo o sudeste asiático. As estimativas variam amplamente, mas estima-se que o número de armas de pequeno porte em circulação seja de 500 mil a 900 mil, afirma ele. Ainda assim, ele afirma que o Camboja tornou ilegal a posse de armas, além da campanha de recolhimento nacional para refrear a proliferação de armamentos leves. A experiência cambojana de transição de pós-guerra e suas tentativas de controle da disponibilidade de armamentos leves vêm sendo observadas de perto pelas Nações Unidas e por outras entidades

As observações acima são parte de Informações sobre Artigos mais abrangentes oferecidas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos: "http://usinfo.state.gov/admin/001/wwwhapub.html".

*Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves:
Política e Opiniões dos Estados Unidos*
BIBLIOGRAFIA

Belsie, Laurent. UP IN ARMS (O Aumento das Armas) (*The Christian Science Monitor*, ", vol. 93, nº 10, sete de dezembro de 2000, pág. 14)

Boutwell, Jeffrey; Klare, Michael, editores. LIGHT WEAPONS AND CIVIL CONFLICT: CONTROLLING THE TOOLS OF VIOLENCE. (Armamentos Leves e Conflito Civil: Como Controlar as Ferramentas da Violência) Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1999. 262 págs.

COORDINATING SMALL ARMS CONTROL (Como Coordenar o Controle das Armas de Pequeno Porte) (*Disarmament Forum*, nº 2, 2000, págs. 5-58)

CURBING SMALL ARMS (Como Conter as Armas de Pequeno Porte) (*The New York Times*, dez de abril de 2001, pág. A20)

Eavis, Paul. AWASH WITH LIGHT WEAPONS (A Avalanche de Armamentos Leves) (*The World Today*, ", vol. 55, nº 4, abril de 1999, págs. 19-21)

Gander, Terry J. JANE'S INFANTRY WEAPONS 2001-2002. (Armamentos de Infantaria Jane 2001-2002) Coulsdon, UK; Alexandria, VA: Jane's Information Group, 2001. 867p.

Greene, Owen. EXAMINING INTERNATIONAL RESPONSES TO ILLICIT ARMS TRAFFICKING (Exame das Reações Internacionais ao Tráfico Ilícito de Armas) (*Crime, Law and Social Change*, vol. 33, nº 1-2, março de 2000, págs. 151-190)

Hartung, William D. STOP ARMING THE WORLD (Parem de Armar o Mundo) (*Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 57, nº 1, janeiro/fevereiro de 2001, págs. 34-36)

Hogg, Ian V.; Weeks, John S. MILITARY SMALL ARMS OF THE 20TH CENTURY, (Armas Militares de Pequeno Porte do Século XX) 7ª edição. Iola, WI: Krause Publications, 2000. 416 págs.

Homer-Dixon, Thomas. SMALL WARS, SMALL ARMS, LARGE THREAT (Guerras Pequenas, Armas Pequenas, Grande Ameaça) (*The Washington Post*, quatro de fevereiro de 2001, pág. B3)

Lumpe, Lora, editor. RUNNING GUNS: THE GLOBAL BLACK MARKET IN SMALL ARMS. (Administração de Armas: O Mercado Negro Global de Armas de Pequeno Porte) Londres: Zed Books, 2000. 256 págs.

Lumpe, Lora and others. SMALL ARMS CONTROL: OLD WEAPONS, NEW ISSUES. (Controle de Armas de Pequeno Porte: Velhos Armamentos, Novas Questões) Burlington, VT: Ashgate, 1999. 302 págs.

Martinic, Gabriela. STATES CAN BE MADE ACCOUNTABLE FOR SMALL ARMS (Estados Unidos Podem ser Responsabilizados por Armas de Pequeno Porte) (*U.N. Chronicle*, vol. 37, nº 3, 2000, pág. 68)

Murray, Andrew. UNDER THE PALAVER TREE: A MORATORIUM ON THE IMPORTATION, EXPORTATION, AND MANUFACTURE OF LIGHT WEAPONS WEAPONS (À Sombra da Negociação: Moratória da Importação, Exportação e Fabricação de Armas de Pequeno Porte) (*Peace and Change*, vol. 25, nº 2, abril de 2000, págs. 265-281)

Pirsevedi, Bobi. THE SMALL ARMS PROBLEM IN CENTRAL ASIA: FEATURES AND IMPLICATIONS. (O Problema das Armas de Pequeno Porte na Ásia Central: Funções e Implicações) Genebra, Suíça: Instituto de Pesquisa para o Desarmamento das Nações Unidas, 2000. 114 págs.

Reyneke, Eunice, compiler. SMALL ARMS AND LIGHT WEAPONS IN AFRICA: ILLICIT PROLIFERATION, CIRCULATION AND TRAFFICKING. (Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves na África: Proliferação, Circulação e Tráfico Ilícito) Pretória: Instituto de Estudos para a Segurança, 2000. 287 págs.

Small, Stephen C. SMALL ARMS AND ASYMMETRIC THREATS (Armas de Pequeno Porte e Ameaças Assimétricas) (*Military Review*, vol. 80, nº 6, novembro/dezembro de 2000, págs. 33-41)

Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento na África. THE MAKING OF A MORATORIUM ON LIGHT WEAPONS (Elaboração de Moratória sobre Armamentos Leves). Oslo: Iniciativa Norueguesa sobre Transferências de Armas de Pequeno Porte, 2000. 118 págs.

Secretaria Geral das Nações Unidas. METHODS OF DESTRUCTION OF SMALL ARMS, LIGHT WEAPONS, AMMUNITION AND EXPLOSIVES (Métodos de Destruição de Armas de Pequeno Porte, Armamentos Leves, Munição e Explosivos). Nova Iorque: Nações Unidas, 15 de novembro de 2000. 44 págs.

Escritório Contábil Geral dos Estados Unidos. CONVENTIONAL ARMS TRANSFERS: U.S. EFFORTS TO CONTROL THE AVAILABILITY OF SMALL ARMS AND LIGHT WEAPONS (Transferências de Armas Convencionais: Esforços Norte-Americanos para Controlar a Disponibilidade de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves). Washington: Escritório de Imprensa do Governo, 18 de julho de 2000. 30 págs.

Wood, Brian; Peleman, Johan. THE ARMS FIXERS: CONTROLLING THE BROKERS AND SHIPPING AGENTS (Os Vendedores de Armas: Como Controlar os Negociantes e Agentes de Navegação). Washington e Londres: Conselho Britânico-Americano de Informações de Segurança, 1999. 124 págs. ●

*Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves:
Política e Opiniões dos Estados Unidos*
PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Salientamos que o Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; essa responsabilidade reside unicamente com os provedores

Associação de Controle de Armas
<http://www.armscontrol.org/home.htm>

BASIC: Projeto sobre Armamentos Leves
<http://www.basicint.org/plw.htm>

Centro Internacional de Bonn para a Conversão
<http://www.bicc.de/>

Departamento Canadense de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional: Armamentos Convencionais
<http://www.dfait-maeci.gc.ca/arms/convweap3-e.asp>

Centro de Informações de Defesa: Armas de Pequeno Porte e Armamentos Convencionais
http://www.cdi.org/issues/armstrade/sm_arms.html

Conselho para um Mundo Habitável: Projeto de Transferência de Armas Convencionais
<http://www.clw.org/cat/index.html>

Conselho para um Mundo Habitável: Projeto de Transferência de Armas Convencionais
<http://www.cfr.org/p/resource.cgi?proj1207>

Federação de Cientistas Norte-Americanos: Página de Monitoramento de Armas de Pequeno Porte
<http://www.fas.org/asmp/campaigns/smallarm.html>

Human Rights Watch: Campanha sobre Armas de Pequeno Porte
<http://www.hrw.org/campaigns/small-arms/>

Human Rights Watch: Campanha sobre Armas de Pequeno Porte
<http://www.iansa.org/>

Comitê Internacional da Cruz Vermelha: Disponibilidade de Armas
<http://www.icrc.org/icrceng.nsf/5cacdf48ca698b641256242003b3295/1eeb0ae4d6e9d15dc12569a5002e2f74>

Prevenção da Violência Internacional com Armas: Campanha Global sobre Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves
<http://www.pcvp.org/pcvp/firearms/intl5.shtml#global>

Instituto de Estudos Internacionais de Monterey: Banco de Dados Global 2001 sobre Armas de Pequeno Porte
<http://sand.miis.edu/projects/2001database/index.asp>

O Comitê das ONGs para o Desarmamento Apresenta: Fórum para o Desarmamento das Nações Unidas, Primavera de 2001
<http://www.igc.apc.org/disarm/april01forum.html>

Instituto Norueguês de Transferência de Armas de Pequeno Porte
<http://www.nisat.org/main.htm>

OSCE: 8º Conselho Ministerial: "Armas de Pequeno Porte/Armamentos Leves em Foco"
http://www.osce.org/austria2000/mc_in_focus/small_arms.php3

Projeto Ploughshares: Armas de Pequeno Porte
<http://www.ploughshares.ca/CONTENT/CONTROL%20WEAPONS/Mines&SmallArmslist.html>

Projeto de Transferência de Armas SIPRI: Conflitos e Transferências de Armas de Pequeno Porte
<http://projects.sipri.se/armstrade/smarm.html>

Pesquisa sobre Armas de Pequeno Porte
<http://www.smallarmssurvey.org/>

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves
<http://www.un.org/Depts/dda/CAB/smallarms/about.htm>

Departamento da Defesa dos Estados Unidos: Implementação e Cumprimento do Controle de Armas: Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves
<http://www.defenselink.mil/acq/acic/treaties/small/smalltoc.htm>

Departamento de Estado dos Estados Unidos: Segurança Internacional: Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves
<http://usinfo.state.gov/topical/pol/arms/smlarm/>

Missão Norte-Americana nas Nações Unidas: Assuntos Políticos e de Segurança: Desarmamento
<http://www.un.int/usa/disarm.htm>

Conselho Mundial de Igrejas: Microdesarmamento
<http://wwwusa.wcc-coe.org/wcc/what/international/disarm.html>



AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 6

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 2

*Armas de Pequeno Porte
e Armamentos Leves:
Política e Opinião
dos Estados Unidos*

Junho de 2001